



**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Sónia Maria Pereira Rodrigues

**Microcrédito e o Desenvolvimento  
Económico na região da África Subariana  
- O caso da desigualdade de género**



**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Sónia Maria Pereira Rodrigues

**Microcrédito e o Desenvolvimento  
Económico na região da África Subariana  
- O caso da desigualdade de género**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Paulo Reis Mourão**

# DECLARAÇÃO

**Nome:** Sónia Maria Pereira Rodrigues

**Endereço eletrónico:** soniarodrigues884 @gmail.com

**Título da dissertação:**

Microcrédito e o Desenvolvimento Económico na região da África Subsariana - O caso da desigualdade de género

**Orientador:** Professor Doutor Paulo Reis Mourão

**Ano de conclusão:** 2016

**Designação do Mestrado:** Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTRESSADO, QUE TAL SE COMPROMENTE.

Universidade do Minho, \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

(Sónia Maria Pereira Rodrigues)

## **Agradecimentos**

A concretização de um projeto não se deve apenas aos seus autores, mas a todos aqueles que de forma direta ou indireta se envolveram. Foi uma enorme e constante a partilha. Partilharam-se dúvidas, incertezas, conquistas e muitas, muitas aprendizagens.

Em primeiro lugar, expresso o meu profundo agradecimento ao Professor Doutor Paulo Reis Mourão, orientador da dissertação, pela orientação, pelo apoio incondicional, pelo interesse e partilha de conhecimentos que sem dúvida muito estimularam o meu desejo de querer, sempre, saber mais e a vontade constante de querer fazer melhor. Todo o seu conhecimento e saber foram cruciais para a elaboração deste trabalho.

À Minha Família, em especial aos Meus Pais, às minhas irmãs, Andreia e Marlene, ao meu afilhado, um enorme obrigada por acreditarem sempre em mim e naquilo que faço e por todos os ensinamentos de vida. Espero que esta etapa, que agora termino, possa, de alguma forma, retribuir e compensar todo o carinho, apoio e dedicação que, constantemente, me oferecem.

Ao meu namorado, Cristiano, um agradecimento especial pelo apoio e carinho diários, pelo companheirismo, pela compreensão, pelas palavras certas e pela transmissão de confiança e de força, em todos os momentos.

A todos os meus amigos, em especial a Mariana, minha amiga e confidente das horas mais difíceis desta dissertação, juntas conseguimos alcançar o nosso objetivo. À Cátia, à Sílvia, à Elisabete, à Marta, à Eva e à Carla, agradeço a amizade, todas as conversas, todos sorrisos e força nos momentos menos fáceis.



## **Resumo**

Nos países em desenvolvimento conhecidos por vários fenómenos económicos nomeadamente, a pobreza, o aumento da exclusão social, a disparidade de rendimentos e das grandes divergências e assimetrias regionais, o microcrédito apresenta-se como uma atividade que contribui para o combate da pobreza e para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, através da concessão de crédito bancário a pequenas empresas de indivíduos à partida excluídos do sistema financeiro tradicional.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo verificar se o microcrédito está ou não a potencializar o decréscimo da desigualdade de género região da África Subsariana, nomeadamente o desenvolvimento e empoderamento da mulher na sociedade. Através da recolha de indicadores relacionados com o alcance social, com o desenvolvimento económico e com as mulheres dos países da região da África Subsariana, será possível mensurar a relação entre o conceito do microcrédito e o desenvolvimento da mulher na região em estudo. Recorrendo aos dados disponibilizados pelo Mix Market, World Bank e UNDP Human Development Reports, o período em análise correspondeu entre 1990 e 2013.

Ao longo do estudo é apresentada literatura relacionada com o microcrédito, o desenvolvimento económico e o empoderamento da mulher na sociedade. Este estudo foi realizado, com base em três modelos econométricos por forma a ultrapassar possíveis problemas relacionados com a variável dependente e as variáveis independentes. Como variáveis dependentes foram escolhidas a Percentagem de Mulheres Mutuárias, as Mulheres Gerentes e as mulheres que fazem parte do Conselho Feminino nas instituições de microcrédito.

A estimação do modelo com as três variáveis dependentes diferentes, permitiu verificar que as atividades de microcrédito abriram as portas ao empoderamento da mulher através do financiamento bancário o que permitiu implicações económicas e sociais positivas relativamente ao poder da mulher na sociedade.

**Palavras-chaves:** Microcrédito, Pobreza, Desenvolvimento Económico, África Subsariana



## **Abstract**

In developing countries known by various economic phenomena in particular, poverty, increased social exclusion, disparity in incomes and the great differences and regional disparities, microcredit is presented as an activity that contributes to the fight against poverty and the improving the quality of life of individuals through the provision of bank credit to small business individuals departing excluded from the traditional financial system.

In this sense, this study aims to determine whether microcredit is or is not to maximize the decrease of gender inequality sub-Saharan Africa, including the development and empowerment of women in society.

Through the collection of indicators related to the social impact, with economic development and with women in the countries of sub-Saharan Africa, it will be possible to measure the relationship between the concept of microfinance and women's development in the region under study. Using data provided by Mix Market, World Bank and UNDP Human Development Reports, the reporting period amounted between 1990 and 2013.

Throughout the study is presented literature related to microcredit, economic development and the empowerment of women in society. This study was conducted based on three econometric models in order to overcome potential problems related to the dependent variable and the independent variables. The dependent variables were chosen Percentage of women borrowers, women managers and women who are part of the Council Female in microfinance institutions.

The model estimation with three different dependent variables has shown that microfinance activities have opened the door to the empowerment of women through bank financing enabling positive economic and social implications for the power of women in society.

**Key Words:** Microcredit, Poverty, Sub-Saharan Africa, Multiple Linear Regression, Model of Random Effects, Model of Fixed Effects.





# ÍNDICE

1. Introdução .....	17
2. Revisão da Literatura.....	21
2.1 Microcrédito.....	21
2.1.1 Breve história do Microcrédito .....	21
2.1.2 Definição de Microcrédito.....	22
2.1.3 Clientes do Microcrédito.....	24
2.1.4. Abordagem ilustrativa do Microcrédito e Resultados do Microcrédito .....	27
2.1.5. Procedimento comum para a obtenção do Microcrédito .....	28
2.1.6 Taxas de juro do Microcrédito .....	29
2.2 Microcrédito na Africa Subsariana .....	30
2.2.1 Instituições de Microcrédito na África Subsariana .....	36
2.2.2 Alcance Social das Instituições de Microcrédito .....	37
3. Desenvolvimento Económico na África Subsariana .....	39
4. As Mulheres e o Microcrédito.....	51
5. Uma Análise Descritiva da situação sócioeconómica da Mulher na África Subsariana .....	61
6. Estudo Empírico.....	69
6.1 Metodologia .....	69
6.1.1 Questão e Hipótese de Estudo.....	69
6.1.2 Dados.....	69
6.1.3 Modelo Econométrico.....	72
6.1.4 Definição das variáveis .....	74
6.1.5 Estatísticas Descritivas .....	75
7. Discussão dos Resultados.....	87
7.1 Análise do modelo econométrico com a utilização da variável dependente Porcentagem de mulheres mutuárias .....	87
7.2 Análise do modelo econométrico com a utilização da variável dependente a Porcentagem de mulheres gerentes .....	90
7.3 Análise do modelo econométrico com a utilização da variável dependente a Porcentagem de Mulheres nos Conselhos de Administração das IMF .....	92
8. Síntese e Implicações Políticas.....	97
9. Conclusão .....	99
10. Limitações e sugestões para investigações futuras .....	101
11. Referências bibliográficas.....	103



## Índice de Tabelas

Tabela 1: Distribuição geográfica das MFI por região no ano de 2011 .....	25
Tabela 2: Dados do Microcrédito na África Subsariana.....	35
Tabela 3: Nível de Pobreza na África Subsariana .....	39
Tabela 4: Indicadores econômicos e sociais de alguns países da África Subsariana .....	43
Tabela 5: Índice de Desenvolvimento Humano .....	44
Tabela 6: Produto Interno Bruto Global .....	46
Tabela 7: Produto Interno Bruto per capita .....	48
Tabela 8: Percentagem de mulheres mutuárias .....	61
Tabela 9: Percentagem de mulheres gerentes.....	63
Tabela 10: Depósitos bancários (em milhões).....	64
Tabela 11: Empréstimos bancários (em milhões) .....	65
Tabela 12: Número de clientes com crédito ativo (em milhares).....	67
Tabela 13: Países da região da África Subsariana considerados no estudo.....	71
Tabela 14: Fontes por variável .....	71
Tabela 15: Estatísticas Descritivas .....	76
Tabela 16: Matriz de correlações das variáveis.....	77
Tabela 17: Mínimos Quadrados Ordinários .....	78
Tabela 18: Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios do Modelo I .....	79
Tabela 19: Mínimos Quadrados Ordinários .....	81
Tabela 20: Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios do Modelo II.....	82
Tabela 21: Mínimos Quadrados Ordinários .....	84
Tabela 22: Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios Modelo III.....	85



## Índice de Figuras

Figura 1: O Triângulo do Microcrédito .....	27
Figura 2: Pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia na região da África Subsarina .....	40
Figura 3: Pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia.....	41
Figura 4: Variação média anual das taxas de pobreza.....	42
Figura 5: Mutuários do sexo feminino (em 2014).....	53



## **Lista de abreviaturas e siglas**

**ANDC** – Associação Nacional de Direito ao Crédito

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IDG** – Índice de Desenvolvimento de Género

**IMF** – Instituições de Microcrédito

**FIV** – Fator de Inflação de Variância

**ONU** – Organização Nacional das Nações Unidas





## 1. Introdução

O microcrédito nasceu associado à necessidade de atenuar três grandes problemas com as quais as sociedades se debatem, nomeadamente, a pobreza, a exclusão e a desigualdade social. O sucesso alcançado pelo microcrédito, criado por Muhammad Yunus em 1976, no Bangladesh, deu-lhe uma grande notoriedade mundial, assim como à instituição financeira por ele criada, o Grameen Bank. Foi reconhecido por todo o lado o seu trabalho de luta contra a pobreza, exclusão e desigualdade social. Por isso foi atribuído a Muhammad Yunus, em 2006, o prémio Nobel da Paz, sendo o microcrédito hoje em dia estudado e aplicado a nível mundial (Pires, 2009).

A vontade de ajudar as pessoas que se encontravam em situação de pobreza fez com que Yunus criasse e implementasse projetos de microcrédito. Pode-se assim dizer que o microcrédito surgiu da procura por soluções alternativas de redução de pobreza, exclusão e desigualdade social. E, de facto, autores como Yunus (1997), Khandker (1998), Hulme e Mosley (1996) encontram uma relação positiva entre o uso do microcrédito e a redução da pobreza em países como o Bangladesh (Lima, 2011).

A África Subsaariana apresenta-se como a região mais pobre do planeta e onde o microcrédito tem uma grande importância. Segundo Teixeira e Rodrigues (2013), na última década, o microcrédito tem registado um desenvolvimento muito positivo na região, apresentando um aumento progressivo do número de instituições e de operações realizadas.

O Desenvolvimento económico é o processo pelo qual ocorre uma variação positiva das variáveis quantitativas (crescimento económico: aumento da capacidade produtiva dum economia, acompanhado de variações positivas das "variáveis qualitativas" (melhorias nos aspetos relacionados com a qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e profundas mudanças da estrutura socioeconómica dum região e/ou país, medidas por indicadores sociais como o índice de desenvolvimento humano, o índice de pobreza humana ou o Coeficiente de Gini).

O crescimento económico é entendido como o aumento percentual anual da produção de bens e serviços per-capita, implicando maior riqueza per-capita e consiste, para muitos economistas e para o Banco Mundial, na melhor forma de reduzir a pobreza (Silva, 2002). No entanto, a desigual distribuição da riqueza mundial ao longo dos séculos aumentou as dificuldades sentidas nas ações de redução da pobreza nos países mais carenciados, não conseguindo estes crescer a um ritmo tão rápido quanto o dos restantes países mais abastados, salvo algumas exceções.

O "crescimento econômico" difere do "desenvolvimento econômico" em alguns aspetos, pois, enquanto o crescimento econômico se preocupa apenas com questões quantitativas, como por exemplo, o produto interno bruto ou o produto nacional bruto, o desenvolvimento econômico aborda questões de carácter social, como o bem-estar, o nível de consumo, o índice de desenvolvimento humano, taxa de desemprego, analfabetismo, qualidade de vida, ou a igualdade de oportunidade nos acessos aos mercados pelos géneros.

O objetivo primordial deste estudo é focar o microcrédito como impulso ao desenvolvimento da região da África Subsariana particularmente no desenvolvimento da mulher, levando à melhoria das condições de vida e à igualdade de oportunidade entre géneros.

Face à importância do microcrédito na sociedade e no desenvolvimento profissional e pessoal dos seus clientes, o presente trabalho pretende aprofundar o conhecimento sobre o modelo de microcrédito adotado nas economias em desenvolvimento, em particular o modelo de microcrédito aplicado na região da África Subsariana. Assim, o presente trabalho pretende averiguar se o microcrédito estimula o desenvolvimento da mulher na economia, diminuindo a desigualdade de oportunidades que se verifica entre géneros

Quanto à estrutura desta dissertação, esta divide-se em capítulos e subcapítulos abordando os temas necessários para uma melhor compreensão do que se pretende. No segundo capítulo do presente trabalho abordo o Microcrédito, a sua definição, os clientes a quem ele se destina, os procedimentos comuns para a obtenção do microcrédito e uma breve explicação relativamente ao funcionamento das suas taxas de

juro. Refiro ainda o microcrédito na região que pretendo analisar neste estudo, a região da África Subsariana. Discuto quanto à necessidade e eficácia do microcrédito numa região que se caracteriza pela pobreza extrema e a falta de recursos básicos para a sustentabilidade humana. No terceiro capítulo é feita uma abordagem ao desenvolvimento económico na região da África Subsariana incluindo a análise de alguns indicadores sócio-económicos, nomeadamente o PIB, o Índice de Desenvolvimento Humano e a percentagem de população que vive abaixo da linha de pobreza. Este aborda uma discussão relativamente à desigualdade de género e o desenvolvimento que este tema tem obtido com o passar dos tempos e o mudar da mentalidade das pessoas. Neste capítulo discuto também a importância que o microcrédito tem na diminuição da desigualdade entre géneros.

No quarto capítulo, refiro-me particularmente às mulheres como potenciais clientes do microcrédito de modo a promover o seu desenvolvimento profissional e humano. Discuto o papel que a mulher assume ou poderá (com os devidos apoios) assumir na economia e a relação entre o microcrédito e o seu empoderamento.

Relativamente ao quinto capítulo, é feita a análise descritiva sócio-económica da mulher na região da África Subsariana. Apresenta uma análise de indicadores económicos e de desenvolvimento relacionados com a mulher, nomeadamente a Percentagem de mulheres mutuárias, a percentagem de mulheres gerentes e o desemprego feminino.

No capítulo seis foco-me no estudo empírico do presente trabalho onde apresento a metodologia a usar para obter os resultados para as devidas conclusões. Relativamente ao capítulo seis este apresenta as conclusões obtidas com o estudo. No capítulo sete estão presentes uma discussão dos resultados obtidos bem como a resposta à questão central do estudo. No capítulo oito apresenta-se a síntese das conclusões do estudo bem como implicações políticas futuras.



## **2. Revisão da Literatura**

Neste primeiro capítulo, apresenta-se a revisão de literatura sobre o microcrédito, desde a sua origem, aos fundamentos, à evolução e aos resultados. Como o microcrédito foi concebido para combater a desigualdade entre mulheres e homens de modo a promover o desenvolvimento económico de um determinado país/região.

### **2.1 Microcrédito**

#### **2.1.1 Breve história do Microcrédito**

A primeira experiência com o microcrédito aconteceu em 1846 no Sul da Alemanha. Numa época de inverno rigoroso, os fazendeiros da região endividaram-se com empréstimos vindos de agiotas. Foi quando o pastor Raiffensem criou a “associação do pão” e cedeu farinha de trigo para os fazendeiros fabricarem e comercializarem o pão, e com o lucro pagarem as dívidas. (Prado, 2002).

A primeira instituição de microcrédito nasceu em 1980, com o Grameen Bank, de Bangladesh, tendo Muhammad Yunus como fundador e diretor-gerente, o qual começou a notar que os vizinhos próximos à universidade em que lecionava, viviam na miséria e desenvolviam algum tipo de atividade produtiva, mas estavam reféns de agiotas, que levavam a maior parte dos lucros. Vendo tal situação, Yunus começou a emprestar pequenas quantias de dinheiro sem cobrar juros a um pequeno grupo familiar. Tal atitude levou à consciência de se criar uma instituição que atendesse a população mais necessitada.

O Grameen Bank de Bangladesh é uma instituição internacionalmente conhecida e está presente em mais de trinta e cinco mil povoados, com uma clientela que chega a 2,1 milhões de pessoas sendo 94% mulheres. Até o fim de 1995 o Grameen Bank emprestou cerca de 1,6 bilhões de dólares americanos e obteve um retorno inferior a 5% (Hashemi, 1997; Santos, 2001).

Em 2007 foi possível constatar que se encontravam a trabalhar com o microcrédito cerca de 3 316 instituições, a nível mundial, que abrangiam um total de 133 milhões de

beneficiários, tendo sido estimado que esses beneficiários poderiam projetar melhorias de bem-estar em cerca de 465 milhões de pessoas.

Do fórum de Halifax (2007) saiu o compromisso de que, até 2015, (realização dos objetivos do Millennium) o microcrédito deveria poder beneficiar cerca de 175 milhões dos mais pobres (cidadãos com menos de 1 dólar de rendimento por dia), o que permitiria poder fazer com que saíssem da pobreza extrema cerca de 875 milhões de pessoas. Dos números indicados em cima, 6,3%, estão concentrados na região de África Subariana, especialmente focada neste trabalho.

### **2.1.2 Definição de Microcrédito**

O termo microcrédito foi criado para gerar uma alternativa de crédito para as pessoas que não têm acesso ao sistema formal de crédito (sistema bancário tradicional), tornando-se ao mesmo tempo uma ferramenta de redução da pobreza, que se destina especialmente a pessoas que não têm condições de oferecer garantias a uma banco como contrapartida da aquisição de um empréstimo (Mussagy, 2005). Dessa forma pode ser definido como uma modalidade de financiamento que pretende permitir o acesso aos pequenos empreendedores. É dado sem garantias reais, proporcionando um mecanismo auto-sustentável de combate à pobreza e a exclusão social. O microcrédito alcançou visibilidade internacional a partir do caso de sucesso ocorrido em Bangladesh através do Grameen Bank (Yunus, 2003).

Segundo Mabunda (2003) Microcrédito é o nome dado a empréstimos extremamente pequenos feitos para mutuários pobres. Um esquema típico de microcrédito envolve a extensão de concessão de créditos sem garantias e de tipo comercial com juros para um cliente pobre.

Para Monzoni (2008), a atividade de microcrédito é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, se dedica a conceder crédito de pequeno montante e distingue-se dos demais tipos de empréstimos essencialmente pela metodologia

utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. É entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância que tem junto das políticas públicas de redução da miséria e geração de rendimento.

Para Pires (2009), o microcrédito é uma resposta contra as desigualdades na distribuição de riqueza e desenvolvimento no mundo e a exclusão consequente provocada pelos fenómenos desestruturantes produzidos pela globalização neoliberal. A sua estratégia para a inclusão visa expandir os serviços microfinanceiros, ou seja primordialmente, conceder pequenos empréstimos aos mais pobres, sem exigir garantias. O microcrédito oferece a possibilidade de criação do próprio emprego ou de uma atividade não assalariada, capaz de gerar proventos que garantam o sustento, aliviem a condição de pobreza e promovam a inclusão social.

Os mais pobres são excluídos do «*mainstream*» da banca tradicional, porque não possuem bens, não têm qualquer histórico bancário, não sabem ler ou escrever ou mesmo assinar seus próprios nomes e não têm um emprego formal: como tal, não reúnem as garantias básicas para contrair empréstimos. Por outro lado os excluídos (nos países do Sul), vivem em áreas rurais, fora das áreas de atuação da banca tradicional, para além de que a maioria dos bancos não concede empréstimos tão pequenos, muitas vezes menos de que um dólar, pela simples razão de que na sua racionalização, os custos administrativos seriam considerados proibitivos, pois o sistema financeiro é fundado na lógica da maximização do lucro (Pires, 2009).

O microcrédito tem algumas particularidades relativamente aos outros tipos de crédito. O valor do empréstimo é compatível com as necessidades do negócio e a sua capacidade de pagamento; as taxas de juros não se diferenciam do mercado; na maioria das vezes não são necessárias garantias reais como património; os prazos de pagamento geralmente são curtos e sempre ligados à finalidade do financiamento e ao fluxo de caixa da atividade empresarial; cada instituição de microcrédito necessita de um prazo para liberação dos recursos e isso pode variar dependendo de cada caso; o microcrédito é caracterizado pela simplicidade e flexibilidade na análise, aprovação e liberação dos recursos (Yunus,2003).



Cada vez mais o Microcrédito tem vindo a ser uma modalidade muito procurada e isso deve-se a diversas razões nomeadamente, à promessa de alcançar o pobre pois o microcrédito apoia a geração de rendimentos; à promessa de sustentabilidade financeira que pretende atingir a auto-suficiência financeira; ao potencial de imitar os sistemas tradicionais (como poupança giratória e associações de crédito), que disponibilizam os mesmos serviços de modos semelhantes mas com maior flexibilidade, a um preço mais acessível para pequenos empreendedores e outros clientes com rendimentos baixos; à disponibilidade de bons produtos financeiros como resultado de experiências e inovações e, por fim, ao número crescente de histórias de sucesso (Latifee, 2003).

O Microcrédito é a primeira via que os setores da produção economicamente ativos e desfavorecidos têm para se financiarem, sendo por isso considerado um bom instrumento para o combate da pobreza. Acaba assim por desempenhar um papel importantíssimo na economia, pois contribui para alocação de recursos, aumento da produção e acumulação de capital.

Devido às suas características específicas, é visto como um arranjo contratual que viabiliza o acesso ao crédito por micro e pequenos empreendimentos e, por conta disto, é considerado um instrumento de geração de emprego e rendimento e de promoção do crescimento e desenvolvimento económico.

### **2.1.3 Clientes do Microcrédito**

Os clientes típicos do microcrédito são pessoas com baixos rendimentos, que não têm acesso às instituições formais tradicionais. Tendem a ser pessoas que trabalham por conta própria, residem principalmente nas zonas rurais e suburbanas, como por exemplo, vendedores de rua, pequenos agricultores, ou cabeleireiros. Estas pessoas fazem parte tradicionalmente do setor informal. As instituições financeiras formais baseiam os seus empréstimos nas características do cliente e do negócio, incluindo os fluxos de caixa, capacidade de endividamento ainda não atingido, histórico financeiro e colateral (Mussagy, 2005). Este setor utiliza frequentemente um fiador como garantia do empréstimo. As instituições possuem uma visão comercial da operação de crédito e

ressaltam a importância de se obter um retorno na operação que possibilite recuperar os custos de operação dos empréstimos. Estas instituições operam dentro de um sistema regulado, com salvaguardas que visam proteger a poupança dos seus clientes e a credibilidade das próprias instituições. As práticas de empréstimos do setor formal, no entanto, raramente se adequam à realidade do microcrédito.

Ao contrário dos bancos convencionais, cuja política de crédito se baseia em registos contábeis, projetos formais e ativos reais em garantia, as organizações de microcrédito encaram o risco, através da adoção de novas tecnologias que substituem a falta de garantias e a falta de registos contábeis por relações de confiança e solidariedade, no conhecimento informal sobre o cliente e sobre o seu negócio mantendo relações pessoais entre o cliente e entre estes e a organização.

O microcrédito é concedido a grupos de indivíduos, fazendo com que cada indivíduo se preocupe com o pagamento do outro, pois se um deixar de pagar corre o risco de perder a oportunidade de se desenvolver como um micro empreendedor.

O Grameen Bank, a instituição de micro finanças mais conhecida internacionalmente, trabalha com o crédito solidário, ou seja, utiliza o crédito em grupos de pessoas, e geralmente os grupos de crédito atuam com maior sucesso na zona rural e na maioria com as mulheres. Na cidade, as operações de microcrédito têm uma clientela composta na maioria das vezes por desempregados ou sub empregados (Mussagy, 2005).

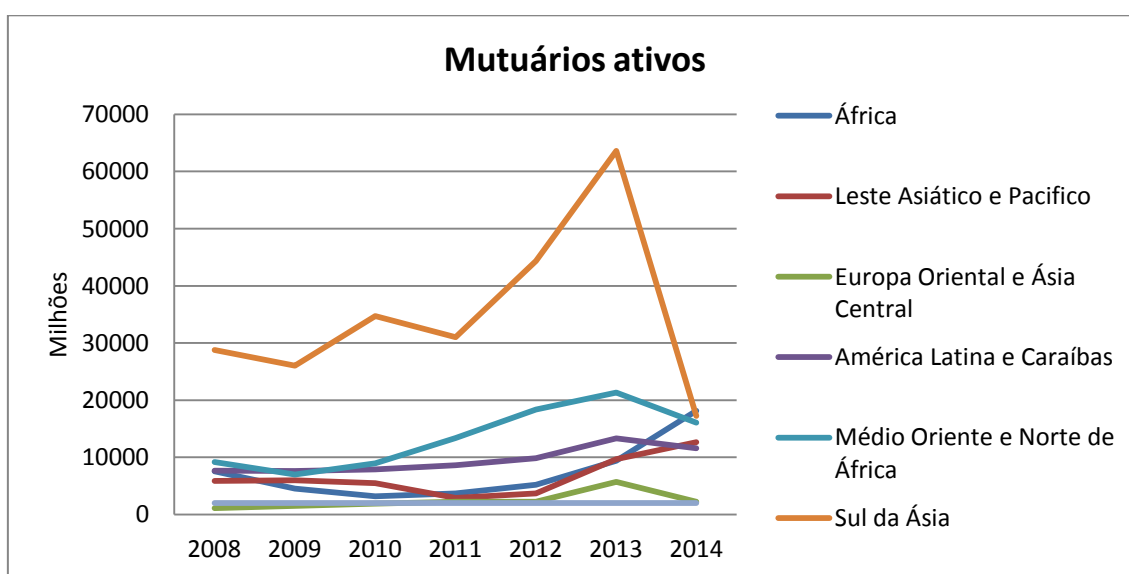
**Tabela 1:** Distribuição geográfica das MFI por região no ano de 2011

<b>Região</b>	<b>Número de MFI</b>
Ásia e Pacífico	1751
África Subsaariana	1028
América Latina e Caraíbas	668
Médio Oriente e Norte de África	92
América do Norte e Europa Ocidental	89
Europa Oriental e Ásia Central	75

**Fonte:** Microcredit Campaign Report

Verifica-se na tabela 1 que é a região da Ásia e Pacífico que predomina em termos de instituições de microcrédito, apresentado um valor relativamente elevado comparado com as outras regiões apresentadas. A seguir segue-se a região em estudo no presente trabalho, a África Subsariana que também se destaca relativamente as outras regiões. O crescimento das outras regiões permanece a um ritmo mais similar, onde o Médio Oriente e Norte de África, a América do Norte e Europa Ocidental e a Europa Oriental e Ásia Central apresentam os valores mais baixos.

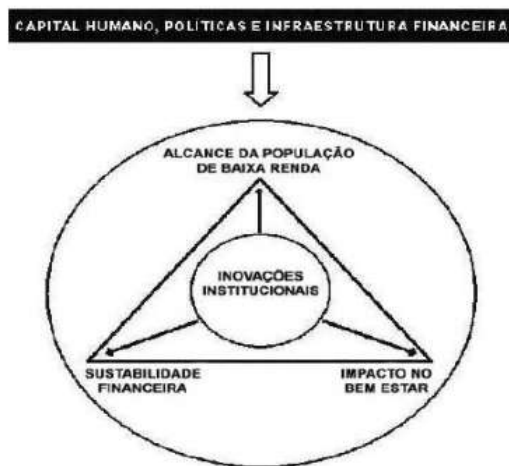
**Gráfico 1:** Número de mutuários ativos por região



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Mix Market

Tento em atenção o gráfico 1, observa-se que é no Sul da Ásia que se encontra o maior número de mutuários ativos, reafirmando a conclusão da tabela 1. Ásia está acima de todos os outros continentes, sendo que, mais de metade das famílias pobres do Bangladesh são abrangidas pelo microcrédito, fazendo deste país o primeiro a oferecer serviços financeiros a quase todas as famílias pobres (Yunus, 2008).

#### 2.1.4. Abordagem ilustrativa do Microcrédito e Resultados do Microcrédito



**Figura 1:** Triângulo do Microcrédito

Numa perspetiva mais ilustrativa sobre o microcrédito e as suas características, estas podem ser representadas nas três pontas de um triângulo, tal como apresenta a Figura 1. Segundo Fachini (2005), o primeiro objetivo é alcançar o maior número de população com rendimento baixo, segundo e terceiro objetivos são respetivamente a sustentabilidade financeira e a possibilidade de gerar impactos positivos no bem-estar dos clientes, aumentando a qualidade de vida com alfabetização e com maior nível de rendimentos, entre outros.

O círculo no interior do triângulo representa as inovações tecnológicas, administrativas, políticas e outras possíveis inovações que afetam diretamente os três principais objetivos a serem atingidos.

O círculo exterior simula o ambiente onde os programas de microcrédito estão inseridos, e acabam influenciando no seu desempenho. Neste ambiente podem ser destacados como exemplo, o capital social e humano dos mais pobres, as políticas económicas do país, ou a infra-estrutura financeira, entre outros.

Com o alcance dos objetivos, as instituições de microcrédito auxiliarão na redução da pobreza, porém é de extrema importância que haja sustentabilidade na instituição e que seja capaz de oferecer crédito a longo prazo (Fachini, 2005).

### **2.1.5.Procedimento comum para a obtenção do Microcrédito**

De acordo com a ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito), pode pedir um microcrédito quem não tem acesso ao crédito bancário normal (falta de garantias); quem não tem incidentes bancários ativos (prestações em dívida, cheques devolvidos, inibição pelo Banco de Portugal); quem está desempregado, em riscos de perder o emprego ou sem ocupação estável; quem tem uma boa ideia de negócio com perspectivas de sucesso; quem pretende criar o seu próprio emprego tendo formação e competências adequadas; quem tem uma forte vontade e capacidade para lutar pelo êxito do negócio e ultrapassar os obstáculos que entretanto surjam e quem tem flexibilidade e cobertura suficiente para se adaptar às transformações.

Quanto às garantias exigidas, após ser autorizado o valor do empréstimo que seja solicitado não será pedida nenhuma garantia real (bens patrimoniais) mas o processo do financiamento, uma vez iniciado, terá que ser instruído com a prestação de uma garantia pessoal (dada por um fiador), que responderá por 20% do capital que lhe vier a ser creditado.

No caso dos desempregados inscritos no Centro de Emprego, e em condições muito particulares, pode não ser necessário um fiador. Estes casos, para além das condições iniciais, dependem de uma avaliação técnica (Programa Microinvest).

O montante máximo que pode ser solicitado à ANDC é, nas condições atuais, de 15.000 euros; no entanto, a atribuição de um valor superior a 12.500 euros será dividido em duas fatias: a primeira até 12.500 euros, no início do primeiro ano, e a segunda, no montante complementar, no início do segundo ano, se as condições de evolução do negócio o justificarem.

Podem ser associados financiamentos com diversas origens, aumentando a capacidade de financiar o negócio (apoios da Segurança Social, apoios de familiares e outros).

Na modalidade do MicroInvest (empréstimo destinado ao desenvolvimento de pequenos negócios, promovendo a criação de auto emprego) a ANDC refere que as condições de acesso são restritas, o financiamento pode ter como máximo 20 000 euros.

Relativamente aos tipos de negócio que são admissíveis, são todos os legalmente reconhecidos desde que se conclua que possam ter êxito com o financiamento disponível e o exercício da respetiva atividade não contrarie os princípios pelos quais se regem o microcrédito e a ANDC.

### **2.1.6 Taxas de juro do Microcrédito**

Por vezes as instituições cobram taxas de juro elevadas na concessão do microcrédito, o que torna a sua definição um pouco contraditória. Segundo Robinson (2001), isto acontece devido aos altos custos de transações já que os empréstimos são pequenos; porque as pessoas pobres têm poucas opções de obter financiamentos atendendo para as suas atividades e baixo poder de negociação e por fim, as instituições consideram que os pobres apresentam um elevado grau de risco.

Pereira (2012), as taxas de juro de microcrédito mais elevadas em certas áreas pode indicar que as Instituições Financeiras de Microcrédito operam em áreas sem fins lucrativos, mas também pode refletir a instabilidade política da região ou o alto risco de incumprimento.

De acordo com Borba (2012), existe um *trade-off* entre o alcance social e o desempenho financeiro, pois consta-se que as instituições com maior foco nos mais pobres têm rendibilidades mais baixas, embora cobrem taxas de juros mais altas e tenham melhores indicadores de eficiência na atividade.

Também Teixeira e Rodrigues (2013) afirmam que existe uma problemática entre o *trade-off* e o alcance social dos mais pobres e a sustentabilidade financeira das

instituições de microcrédito. Defendem que as operações bancárias realizadas junto das classes mais baixas da sociedade apresentam uma menor rentabilidade.

De acordo com uma análise de Maes e Reed (2012), no final de 1997 as organizações de microcrédito tinham 7,6 milhões de clientes e no final de 2010 já abrangiam 137,5 milhões de pessoas, representando um aumento da atividade junto dos mais pobres.

Relativamente à sustentabilidade financeira e face à impossibilidade de cobrarem juros mais altos, Rodrigo e Ricardo (2005) defendem que um dos maiores desafios das organizações de microcrédito é continuarem a descobrir formas inovadoras de racionalizar os processos e reduzirem diversos custos nas suas operações, tornando-se mais eficientes e sustentáveis ao longo do tempo.

Counts (2009) (CEO e presidente da Fundação Grameen) argumenta dizendo que o objetivo dos bancos que oferecem microcrédito para os pobres não é obter um grande lucro como os bancos comerciais convencionais, mesmo porque as taxas geralmente cobradas nas transações de microcrédito se encontram abaixo das taxas normalmente cobradas no mercado local.

## **2.2 Microcrédito na África Subsariana**

Atualmente o microcrédito está presente na maioria dos países, destacando-se a sua importância na Ásia e na África Subsariana (região a Sul do Deserto de Sahara) - (IFC – International Financial Corporation, 2012).

Registam-se na África Subsariana os maiores índices de pobreza e fome no mundo, além das maiores concentrações de favelas (IFC – International Financial Corporation, 2012) A isso, somam-se os piores resultados em estatísticas como altas taxas de mortalidade e baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Constatam-se que na África Subsariana 265 milhões de pessoas passam fome. Os países, pertencentes à África Subsariana, onde se concentram grande parte dos pobres são a República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia, Nigéria e Quênia.

A África Subsaariana é considerada por muitos como a região mais pobre do planeta. Nesta parte da África estão localizados países (33 dos quais caracterizados como os mais pobres do mundo) com grandes problemas estruturais, sofrendo de instabilidade política e económica (Coelho et al, 2010).

É na África Subsariana que se encontram os 10 países com a mais baixa taxa do índice de desenvolvimento humano de 2011: Guiné Bissau, República Centro-Africana, Serra Leoa, Burkina-Faso, Libéria, Chade, Moçambique, Burundi, Níger e República Democrática do Congo. Também é nesta região que, 50% da população vive com menos de 1,25 dólar por dia, ou seja, abaixo do limiar da pobreza (Banco Mundial, 2012).

Segundo Teixeira e Rodrigues (2013), na última década, o microcrédito tem registado um desenvolvimento muito positivo na região, apresentando um aumento progressivo do número de instituições e de operações realizadas.

De acordo com a IFC – International Financial Corporation (2012), no final do ano de 2008 as instituições de microcrédito na África Subsariana registaram 6,5 milhões de mutuários e 16,5 milhões de depositantes.

Apesar dos bons resultados em relação à quantidade de mutuários, instituições de microcrédito ainda não conseguiram responder totalmente às necessidades das pessoas excluídas financeiramente na África Subsariana. De acordo com o MIX Market, no relatório da região datada de 2008, o Microcrédito tem apenas uma taxa de penetração de empréstimos de 3% e de poupança de 5%, face ao total de clientes potenciais (Teixeira e Rodrigues, 2013).

As instituições classificadas como tendo um maior foco no segmento inferior, conseguem ter um maior alcance social, porque concedem empréstimos de mais pequena dimensão. Também contribuem para uma maior qualidade de vida dos agregados familiares, porque abrangem um maior número de mulheres nas suas operações financeiras.



Na África Subsariana, as instituições classificadas no segmento inferior apresentaram menor capacidade para atrair depósitos. No entanto, detêm uma autonomia financeira superior relativamente às restantes instituições, provavelmente por terem acesso a donativos e subsídios de fundos perdidos, uma vez que, em média, os resultados gerados na sua atividade são negativos e por si só não garantem a sustentabilidade financeira. As instituições com maior alcance social têm maior dificuldade em obter um bom desempenho financeiro (Fernandes, 2010).

Constatou-se que existem condicionantes no desempenho financeiro das instituições de microcrédito na África Subsariana, tendo-se como referência três fatores bastante analisados em estudos sobre este tema: dimensão das instituições, eficiência operacional e peso dos depósitos no financiamento das atividades.

Uma boa gestão dos recursos internos, a par de uma maior capacidade de angariação de clientes poderá compensar a menor produtividade das operações realizadas junto dos mais pobres (taxas de juro eventualmente mais baixas e menor valor das operações financeiras, o que diminui a eficiência dos recursos utilizados) e garantir o sucesso sustentado das instituições de microcrédito.

Os critérios de avaliação do desempenho das instituições de microcrédito utilizados por entidades especializadas como a Microrate, a MIX (Micro Finance Exchange), o CGAP (Consultive Group of Assistance to the Poors) e a Planet Rating, incluem, com algumas variações, indicadores de rendibilidade, eficiência, risco de incobrabilidade de créditos a receber e de alcance social, destacando-se o número de mutuários, o peso das mulheres nos financiamentos concedidos e os montantes de cada operação realizada - quanto menor é o valor, maior a incidência sobre clientes mais pobres sem capacidade para prestarem garantias colaterais (Psico, 2010).

Dias e Psico (2008) estudaram as instituições de Microcrédito em Moçambique e observaram que o alcance social das mesmas ainda era reduzido face aos resultados internacionais. As instituições operam quase só em grandes centros urbanos, mais propriamente em Maputo. Apesar da maioria da população residir em zonas rurais e abaixo da linha da pobreza absoluta, a oferta de serviços macrofinanceiros centra-se

maioritariamente nas zonas urbanas e peri-urbanas agravando ainda mais a deficiência na concessão de crédito da população mais pobre (Navalha, 2000).

Em Moçambique, os mais pobres tendem a ter mais baixos níveis e também padrões diferentes de acumulação de recursos. Eles investem a totalidade do empréstimo em mercadorias para os seus negócios, na educação dos seus filhos, no pagamento de hospital para a sua família (Mussagy, 2005). Os investimentos em mão-de-obra são quase nulos por parte dos clientes; não compram ativos para o seu empreendimento e não investem em novas estruturas e as reduzidas poupanças que são feitas são para obter maiores empréstimos futuros junto das organizações.

Em Moçambique esta deficiência em crédito pode ser suprida em parte através de mecanismos informais tais como o *Xitique*<sup>1</sup> (através das poupanças compulsivas, os membros acumulam dinheiro para pagar as mercadorias) que facilita a acumulação de fundos para a aquisição de um bem específico de consumo. Representa um forte suporte porque, através de poupanças compulsivas, os membros acumulam dinheiro que permite pagar as mercadorias e outros negócios no fim do mês. Um outro mecanismo é o *Crédito Em Espécie*<sup>2</sup> que se trata de uma modalidade de crédito praticada nas zonas urbanas rurais e periurbanas que em vez de comprarem dinheiro compram o próprio bem.

Angola é um país onde se tem constatado um forte crescimento económico que pode estar relacionado com o acesso ao Microcrédito. Atualmente em Angola existem mais de vinte instituições de microcrédito, com o envolvimento de três entidades: Ministérios, Bancos Comerciais (públicos e privados) e ONG.

---

<sup>1</sup> Xitique: Modalidade de crédito praticada em todo o País mas o número de pessoas varia de uma região para a outra. É mais comum nos centros urbanos, especialmente entre trabalhadores assalariados, mas é também praticado por vendedores de mercados principalmente no Sul de Moçambique. Facilita a acumulação de fundos para a aquisição de um bem específico de consumo.

<sup>2</sup>Crédito em Espécie: Modalidade de crédito praticada nas zonas urbanas rurais e peri-urbanas em que os clientes em vez de comprarem dinheiro compram o próprio bem. Um exemplo deste tipo de crédito é o crédito em animais, em que um criador empresta a outro para efeitos de reprodução e o devedor obriga-se a restituir, para além dos animais emprestados, um número determinado de crias. Este tipo de crédito é desenvolvido por instituições como a União Geral das Cooperativas (UGC) em Maputo, Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADRC) em Gaza, Organização Holandesa de Desenvolvimento (SVN), a Concem em Nampula e outras.

As instituições financeiras já sentem a importância do papel do microcrédito e procuram ajudar o governo nos programas de redução da pobreza. Deste modo, cada angolano, de acordo com o discurso oficial, deve contribuir no desenvolvimento do país com o seu potencial, para a criação de riqueza, visando fomentar a iniciativa empreendedora (Jover, 2012).

A introdução do microcrédito no sistema bancário angolano surge através do programa do governo implementado em dez províncias do país e o Banco Sol, gestor desse programa em oito províncias. As principais instituições envolvidas no sistema do microcrédito em Angola incluem: o Banco Sol (BS), o Novo Banco, o BPC, o BCI, o BAI, o Finibanco de Angola, o BESA, o BNI, o Banco Totta de Angola (BTA), o Banco Millennium de Angola (BMA) e várias ONG, como por exemplo, a Visão Mundial e Development Workshop, em parceria com INAPEM (associação sem fins lucrativos, inspirada na experiência do Grameen Bank, apoia quem não tem acesso ao crédito bancário tradicional e precisa de um empréstimo para criar o seu próprio negócio).

Na África do Sul o setor financeiro é competitivo em relação a outros países com rendimentos altos. A tendência histórica direcionada para o sector bancário formal resultou na falta de instrumentos de crédito adequadas para pessoas mais pobres. Em 1992, novos regulamentos facilitaram a legalização de instituições de Microcrédito e, em 2000, o setor tinha crescido mais de 2 por cento do crédito total concedido pelo setor monetário, com mais de 1 300 instituições que fornecem microcrédito para o público.

Na África do Sul, tanto se usa o setor formal como o informal mas o setor formal de microcrédito é um exemplo de como a procura, oferta e outros aspetos regulatórios da indústria ajudam a facilitar o seu rápido crescimento económico.

África do Sul teve, e continua a ter, um setor financeiro sofisticado, que está entre os setores mais avançados do mundo em termos de sua profundidade, estrutura e liquidez.

De acordo com os dados obtidos a partir do MixMarket, a África do Sul é o país que apresenta uma carteira de crédito mais elevada relativamente aos outros países pertencentes à África Subsaariana. Apesar de o país apenas totalizar 3 instituições de

microcrédito, apresenta um valor de crédito global de 3,4 biliões de dólares o que comprova um crescimento acentuado no setor bancário.

No entanto, os 3,4 biliões de dólares resultam do facto da África do Sul ser um país com cerca de 50 milhões de habitantes, por ter um PIB elevado (PPC), ocupando a 32ª posição no mundo, de acordo com dados de 2009, um IDH médio e uma economia dinâmica. Pela classificação da ONU, a África do Sul é um país de rendimento médio, com uma oferta abundante de recursos, com desenvolvidos setores financeiro, jurídico, de comunicações, energia e transportes, uma bolsa de valores que está entre as vinte melhores do mundo, e uma infra-estrutura moderna de apoio a uma distribuição eficiente das mercadorias a grandes centros urbanos em toda a região. A sua integração na economia é muito forte e constitui uma base essencial para o seu desenvolvimento.

**Tabela 2:** Dados do Microcrédito na África Subariana

<b>Relatório de países em 2012</b>	<b>Nº de Instituições de Microcrédito</b>	<b>Mutuários Ativos</b>	<b>Carteira de crédito bruta (USD)</b>
Benin	26	299,388	177,572,052
Burkina Faso	13	97783	33023154
Burundi	18	100893	30923939
Cameroon	8	116793	247734649
Chade	2	14264	7991961
Congo, Democratic	13	155757	127229259
Congo, Republic	2	5238	3586558
Ethiopia	24	2616254	558787567
Gambia	1	769	2211844
Ghana	11	197394	53973978
Guiné	1	98421	11926509
Kenya	22	1217225	1849996504
Liberia	2	22488	3079348
Madagascar	6	88334	66454906
Malawi	4	164848	17700453
Mali	1	22782	3931992
Mozambique	4	28768	13069803
Namibia	1	12684	3867860

Niger	6	19301	8349366
Nigeria	13	1069633	274768168
Rwanda	24	81076	86767232
Senegal	9	243888	222842331
Sierra Leone	2	23585	3506023
South Africa	3	5396	3422231357
South Sudan	4	14139	33794465
Tanzania	8	269928	137839340
Togo	9	108649	171369607
Uganda	9	203257	178502548
Zambia	3	47453	11218986
Zimbabwe	1	21401	19189087

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Mix Market

A tabela 2, Dados do microcrédito na África Subsaariana, apresenta dados de 2012 referentes ao número de instituições de microcrédito nos países da África Subsaariana, o valor de empréstimo ativos e a carteira bruta de ativos.

### **2.2.1 Instituições de Microcrédito na África Subsaariana**

Na história do microcrédito na África Subsaariana, alguns países têm-se destacado. Em determinados países, o volume de crédito concedido à população de baixo rendimento e às empresas de pequena dimensão foi elevado e tiveram forte penetração de mercado.

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, observa-se que alguns países se têm destacado face aos outros, como a África do Sul, o Quênia e a Etiópia. A África do Sul apesar de apresentar um número pequeno de instituições de microcrédito apresenta o valor da carteira de crédito mais elevado (aproximadamente 3,4 bilhões de dólares). A título de comparação, o Quênia apresenta um número elevado de instituições e uma carteira de crédito de aproximadamente 2 bilhões de dólares.

Destaca-se também a Etiópia que apresenta o maior número de instituições financeiras (24 instituições) e uma carteira de crédito global de 559 milhões de dólares.

Os países que se destacam com valores mais modestos são o Chade, Gambia, Mali e Serra Leoa que apresentam um número reduzido de instituições de microcrédito bem como valores da carteira global de crédito muito pequenos comparados aos restantes países. Os dados observados podem revelar que nestes países em que os valores se mostram significativamente reduzidos o conceito de microcrédito ainda não está bem desenvolvido. Na África Subariana, os países com maior tradição de microcrédito são a Etiópia, Uganda, Quênia, Moçambique, África do Sul, Nigéria, Benin e Guiné (baseado nos dados da Tabela 2).

A instituição de microcrédito com maior número de clientes da África Subariana é a Amhara Credit and Savings Institution (ACSI). Criada em 1995, dedica-se a um dos países mais pobres do mundo, a Etiópia. Para atender a sua base de clientes de 434 mil clientes dos quais 39% são mulheres, a instituição movimenta mais de 50 milhões de dólares e conta com cerca de 1900 funcionários. Em 2004, a ACSI atingia entre 8% a 10% da população economicamente ativa que procurava microcrédito na região.

Ainda na Etiópia, o Debit Credit and Savings Institution, criado em 1997, é um banco especializado em empréstimos para empreendimentos rurais. A instituição tem 336 mil de clientes e um portfólio ativo de 46 milhões de dólares (Monzoni, 2008).

### **2.2.2 Alcance Social das Instituições de Microcrédito**

“As instituições de microcrédito que apresentam um maior alcance social são as que têm maior dificuldade para obterem um desempenho financeiro positivo.” (Teixeira e Rodrigues, 2013). São muitos os autores, nomeadamente Ambrozio, 2008; Planet Finance, 2008; Omri e Chkoundali, 2011 e Borba, 2012, que referem alguns aspetos que consideram fundamentais para que as instituições de microcrédito consigam atingir uma melhor sustentabilidade financeira.

Quando se pretende quantificar o alcance social das instituições financeiras de microcrédito existem alguns aspetos que se devem ter em conta, nomeadamente o valor dos empréstimos e depósitos concedidos uma vez que o principal objetivo da atividade das instituições de microcrédito é o alcance dos mais pobres e por isso o valor das

operações financeiras é tendencialmente mais baixo. Um outro aspeto a ter em atenção é o número de clientes. Este deve ser elevado de modo a tornar a atividade sustentável uma vez que as operações têm uma dimensão reduzida. Por fim, um aspeto não menos importante, é a relevância das mulheres nos empréstimos concedidos pois elas normalmente têm maior dificuldade no acesso ao sistema financeiro formal e têm uma enorme importância no seio das famílias. Uma vez que o objetivo do microcrédito é servir os mais pobres, as mulheres deverão ser clientes privilegiados da atividade (Teixeira e Rodrigues,2013).

### 3. Desenvolvimento Económico na África Subsariana

A presente tabela faz uma abordagem à percentagem de população que vive abaixo do nível de pobreza (1,25 dólares por dia) nos países da África Subsariana, harmonizando dados de 1999 a 2012.

**Tabela 3:** Nível de Pobreza na África Subsariana

<b>País</b>	<b>População abaixo do nível de pobreza (%)</b>	<b>Ano</b>
Angola	41	2006
África do Sul	50	2000
Benim	37	2007
Botsuana	30	2003
Burúndi	68	2002
Camarões	48	2000
Cabo Verde	30	2000
Chade	80	2001
Congo-Kinshasa	71	2006
Comores	60	2002
Costa do Marfim	42	2006
Etiópia	29	2009
Eritreia	50	2004
Gana	29	2007
Gâmbia	48	2012
Guiné	47	2006
Lesoto	49	1999
Libéria	80	2000
Maurícia	8	2006
Madagáscar	50	2004
Mali	36	2005
Moçambique	54	2008
Malávi	53	2004
Namíbia	56	2012
Nigéria	70	2007
Níger	63	1993
Quénia	50	2000
Ruanda	45	2011
São Tomé e Príncipe	66	2009
Senegal	54	2001



Serra Leoa	70	2004
Suazilândia	69	2006
Sudão	47	2009
Tanzânia	36	2002
Togo	32	1989
Uganda	25	2009
Zâmbia	64	2006
Zimbabué	68	2004

Fonte: Mix Market

Nos últimos tempos vem crescendo o debate em torno do tema pobreza. São muitas indagações e tentativas de respostas para esse fenómeno que incomoda os mais variados países, com destaque, e não poderia ser diferente, para aqueles menos desenvolvidos.

Na África Subariana os países são na sua maioria de baixo rendimento e alguns apresentam indicadores socioeconómicos aquém das expectativas com carências nos setores cruciais como saúde, educação e transportes. Tal como se verifica nos dados apresentados na tabela acima, uma grande parcela das populações vive abaixo da linha da pobreza.

Regiões/Ano	1981	1984	1987	1990	1993	1996	1999	2002	2005
Este da Ásia e Pacífico	1087,6	968,8	826,2	893,4	851,7	642,2	635,7	543,9	336,9
América Latina e Caribe	44,9	54,3	51,4	46,7	49,7	56	58,8	53,7	45,1
Oriente médio e Norte da África	14,9	12,9	14,3	12,2	12,7	13,7	16	13,5	14
<b>ASS</b>	<b>202</b>	<b>237,1</b>	<b>252,8</b>	<b>283,7</b>	<b>305,9</b>	<b>347,8</b>	<b>370</b>	<b>373,2</b>	<b>384,2</b>

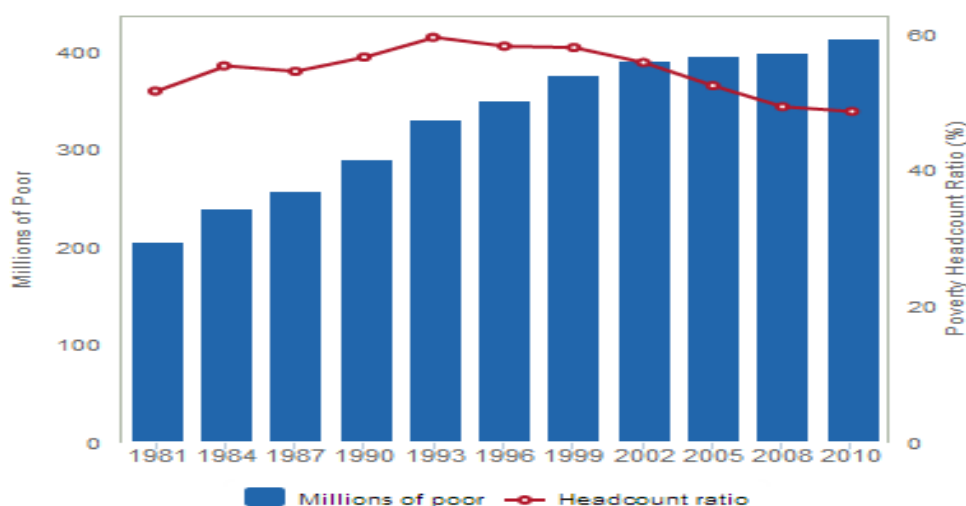
Figura 2: Pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia na região da África Subariana

Fonte: Cácio Rolim (2009)

Em 2005 eram 384,2 milhões de pessoas na África Subariana que viviam abaixo de 1,25 dólar por dia. A pobreza é uma realidade para bilhões de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por dia; muitos morrem pela fome e má nutrição; assim como para milhões que não obtêm os nutrientes necessários para se manterem saudáveis e nutridos.

As estratégias para combater a pobreza e induzir o desenvolvimento económico na África Subariana passam pela criação de um mercado comum pan-africano através da integração regional que é uma aspiração dos líderes africanos desde os primeiros anos de independência. A integração regional pode ser a chave do desenvolvimento na África Subariana porque o sucesso deste propósito pode vir a melhorar a integração dos mercados, facilitar economias de escala e diversificação económica, assim como estimular o comércio inter-regional e continental para fortalecer o desenvolvimento. Isto poderá ser conseguido com o apoio do Microcrédito (Rollim, 2009).

**REGIONAL POVERTY TREND:  
PEOPLE LIVING ON LESS THAN \$1.25 A DAY**



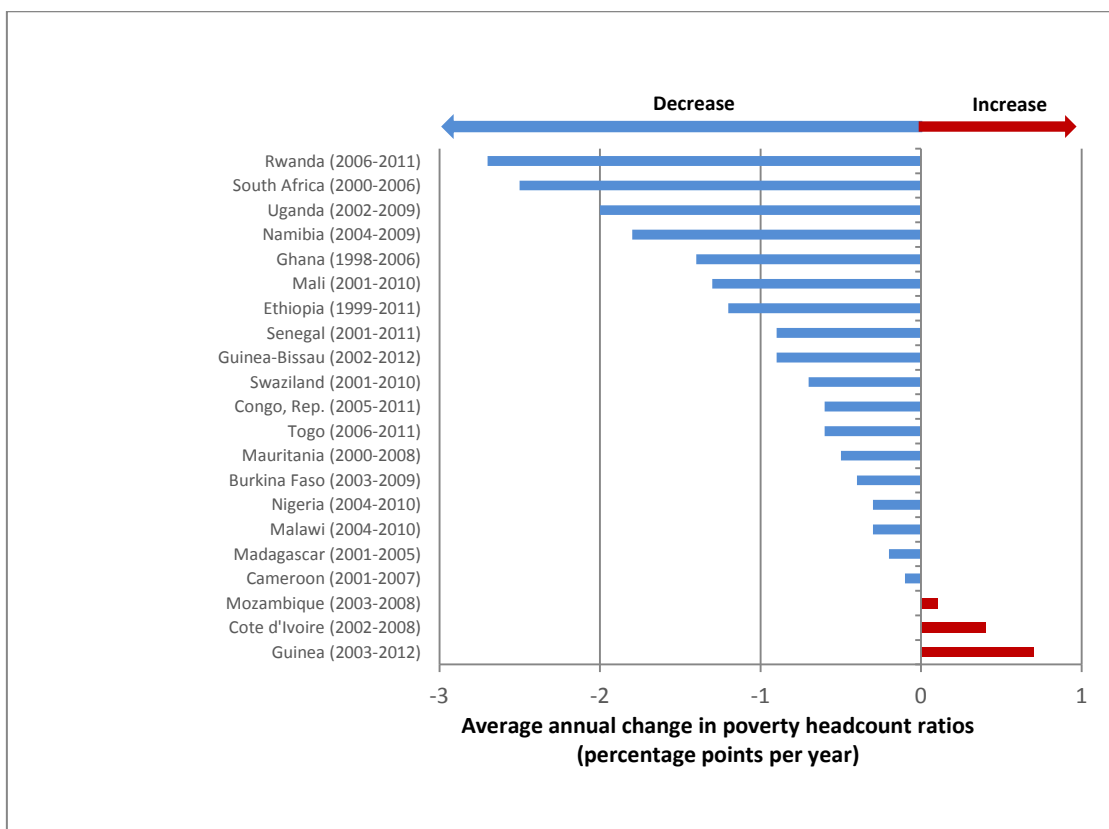
**Figura 3:** Pessoas que vivem com 1,25 dólares por dia na região da África Subariana

**Fonte:** World Bank (2011)

A Figura 3 ilustra a dimensão da população que vive com 1,25 dólares por dia, ou seja, abaixo do nível de pobreza, na região da África Subariana. Como se pode verificar são muitos os milhões de pessoas que se encontram nesta situação de pobreza, constatando-se que realmente a África Subariana é a região mais pobre do planeta (região constituída pelos 33 países mais pobres do mundo).

Analisando a figura verifica-se que no período de análise, o número de pobres é crescente o que pode estar relacionado com o enorme crescimento populacional, durante

a década de 1990. Mais de metade da população subsariana sobrevive com pouco mais de um dólar por dia o que significa que estas populações vivem na mais absoluta pobreza, privadas dos bens de primeira necessidade, nomeadamente de água potável, alojamentos dignos, alimentos e educação.



**Figura 4:** Variação média anual das taxas de pobreza

**Fonte:** World Bank (2014)

A figura 4 mostra como varia a média anual das taxas de pobreza nos países da África Subariana. Da análise pode concluir-se que a maioria dos países ao longo dos anos tem obtido uma variação média anual negativa das taxas de pobreza. Os países que apresentam um decréscimo mais significativo são a Ruanda, África do Sul, Uganda e Namíbia. Pelo contrário Cote d'Ivoire, Guinéa e Moçambique apresentam uma variação média crescente.

**Tabela 4:** Indicadores econômicos e sociais de alguns países da África Subariana

País	População	PIB. Per capita	Experiência de vida	Alfabetismo (%)	Mortalidade infantil	IDH
Benin	8,6	351	56,7	40,70%	98	0,492
Burkina Faso	13,4	293	52,3	30,60%	104,4	0,389
Costa do Marfim	20,4	532	48,3	48,70%	116,9	0,484
Guiné-Bissau	1,7	287	49,4	46,80%	112,7	0,396
Mali	12,5	319	54,5	30,00%	128,5	0,371
Niger	11,4	183	56,9	30,70%	110,8	0,34
Senegal	13,5	513	63,1	42,30%	65,7	0,464
Togo	5,8	224	58,4	53,20%	88,6	0,499

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da UEMOA (2009)

A tabela apresenta alguns indicadores relativos à África Subariana destacando-se Benin, Costa do Marfim, Mali e o Senegal com um PIB per capita e um Índice de Desenvolvimento Humano elevado relativamente aos restantes países em análise. Os indicadores de alfabetismo e mortalidade infantil elevadíssimos refletem a realidade da região, a pobreza, a falta de condições e a dificuldade no acesso aos serviços e à educação.

**Tabela 5:** Índice de Desenvolvimento Humano

Países	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Angola	0.490	0.491	0.504	0.521	0.524	0.526
Benin	0.454	0.461	0.467	0.471	0.473	0.476
Botswana	0.656	0.662	0.672	0.678	0.681	0.683
Burundi	0.362	0.372	0.381	0.384	0.386	0.389
Camarões	0.477	0.485	0.493	0.498	9.501	0.504
Chade	0.338	0.343	0.349	0.365	0.370	0.372
Congo	0.307	0.313	0.319	0.323	0.333	0.338
Ethiopia	0.394	0.403	0.409	0.422	0.429	0.435
Guiné	0.377	0.376	0.380	0.387	0.391	0.392
Kenya	0.508	0.516	0.522	0.527	0.531	0.535
Libéria	0.374	0.386	0.393	0.402	0.407	0.412
Madagáscar	0.487	0.496	0.494	0.495	0.496	0.498
Mali	0.385	0.393	0.398	0.405	0.406	0.407
Moçambique	0.366	0.375	0.380	0.384	0.389	0.393
Níger	0.309	0.312	0.323	0.328	0.335	0.337
Ruanda	0.432	0.443	0.453	0.463	0.502	0.506
Senegal	0.474	0.478	0.483	0.483	0.484	0.485
Serra Leoa	0.346	0.350	0.353	0.360	0.368	0.374
South Africa	0.623	0.631	0.638	0.646	0.654	0.658
Sudão	0.447	0.458	0.463	0.468	0.472	0.473
Tanzânia	0.451	0.457	0.464	0.478	0.484	0.488
Togo	0.447	0.454	0.460	0.467	0.470	0.473
Zâmbia	0.505	0.526	0.530	0.543	0.554	0.561

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Human Development Reports

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e rendimento (PIB per capita).

O IDH usado para medir indicadores de qualidade de vida nos países, varia entre zero (desenvolvimento humano nulo) a um (desenvolvimento humano total).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014, os países são classificados como:

- Desenvolvimento Humano baixo (habitualmente países pobres): 0 - 0.540
- Desenvolvimento Humano médio (habitualmente países em processo de desenvolvimento): 0.541 - 0.69
- Desenvolvimento Humano elevado (usualmente países em rápido processo de crescimento económico): 0.699 - 0.79
- Desenvolvimento Humano muito elevado (frequentemente países ricos e bem desenvolvidos): 0.791 - 1

Deste modo, através da análise da Tabela 5, verifica-se que países da África Subsariana, como o Botswana, África do Sul ou a Zâmbia mostram um desenvolvimento humano médio.

Todos os outros países em análise, Angola, Benin, Burundi, Camarões, Chade, Congo, Ethiopia, Guiné, Kenya, Libéria, Madagáscar, Mali, Moçambique, Níger, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia e Togo, ocupam as piores posições apresentando um nível de desenvolvimento humano baixo. Apesar de todos os países em análise ocuparem lugares pouco relevantes na escola considerada pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014, todos eles também, no período de análise, apresentam uma tendência de crescimento podendo prever que será um indicador em constante mudança.

Apesar da crise económica e financeira de 2008 -2009, não se observam mudanças nos valores do IDH, verificando-se que por sua vez um aumento, o que significa que ao longo dos anos os países da África Subsariana tem reunido melhores níveis de IDH. Uma ameaça ao desenvolvimento humano é a desigualdade nos rendimentos que aumentou 11%, entre 1990 e 2011, nos países em desenvolvimento. A desigualdade nas áreas de saúde e da educação têm vindo a diminuir, mas continua muito elevada em algumas regiões como no caso da África Subsariana.

A desigualdade constitui uma ameaça considerável para o desenvolvimento humano, sobretudo porque reflete a desigualdade de oportunidades.

A África Subariana é a região que apresenta menor índice de desenvolvimento humano (0.502) seguindo-se a Ásia do Sul (0.588) e América Latina e Caraíbas (0.740) de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014

**Tabela 6:** Produto Interno Bruto Global

<b>Países</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Angola	75492417649	82470894868	104115863405	115332111283	121703638684
Benin	6585134688	6558416322	7294900431	7543183759	8307019675
Botswana	10106837286	13746712706	15292424757	14537490553	14788476190
Burundi	1739781536	2026864414	2355652064	2472384813	2718232385
Camarões	22165009363	22493301699	25486923059	26472637887	29274957493
Chade	9253484290	10657705072	12156380062	12887072082	13413893612
Congo	18262773766	20523286237	23831631365	27452795398	30629191170
Ethiopia	31843357840	29385611867	31367606700	42805215879	46869297571
Guiné	4609923720	4735956476	5067360041	5651088170	6192819667
Kenya	30716343757	32440133261	34313315840	40264403585	44101114724
Liberia	1155146230	1292696476	1537753885	1733828405	1950960138
Madagascar	8550363829	8704983553	9853981624	9880703883	10796551136
Mali	8964480570	9422267260	10647545670	10340794110	10942727310
Moçambique	9674037707	9274448732	12547888400	14376457305	15318970100
Niger	5397121962	5718589550	6411842066	6773185511	7355697919
Ruanda	5208687775	5624809049	6406727020	7133378888	7451677749
Serra Leoa	2453972797	2578159463	2932273988	3787392596	4929214080
Senegal	12812994670	12932427724	14440676498	14045680427	15149708526
South Africa	284183101100	365208432989	403894316555	382337636448	350630133297
Sudão	52839990731	65632237471	67320812663	63029562337	66547789474
Tanzania	21368165400	22915004297	23874165047	28248631876	33225036865
Togo	3163000591	3172945506	3756023048	3915754216	4338575824
Zambia	12805029522	16190196832	19201691493	20596424325	22383715315

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Index Mundi

Entende-se por PIB (Produto Interno Bruto), a soma de todos os bens e serviços que um determinado país produz num determinado período de tempo, e quanto maior o PIB, mais demonstra o quanto esse país é desenvolvido, podendo ser classificado entre países pobres, ricos ou em desenvolvimento. Para determinação do PIB, entram todos os bens e produto finais vendidos; serviços prestados e remunerados das instituições de crédito; os investimentos que as empresas fazem para aumentar a produção no futuro e os gastos do governo para atenderem à população.

Da presente tabela, pode-se concluir que todos os países em análise apresentam um aumento do PIB global ao longo dos anos. Esse crescimento varia entre os 4% e os 15%. Destaca-se Angola, Botswana, Chade, Congo, Ethiopia, Kenya, Libéria, Moçambique, Tanzânia e Serra Leoa, apresentando um crescimento anual que ronda os 10%.

O crescimento do PIB traduz, para os países em análise, um crescimento da economia, maior rendimento per capita, aumento do consumo e por sua vez uma melhoria na qualidade de vida e no acesso aos serviços dos indivíduos, crescimento a nível empresarial, aumento do número de empregos e por sua vez mais contratações e criação de novas microempresas.



**Tabela 7:** Produto Interno Bruto per capita

Países	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Angola	6,453	7,103	7,039	7,047	7,094	7,346
Benin	1,613	1,644	1,639	1,633	1,644	1,687
Botswana	13,148	13,53	12,354	13,296	13,984	14,443
Burundi	713	723	723	725	731	737
Camarões	2,44	2,465	2,447	2,465	2,502	2,551
Chade	1,755	1,753	1,772	1,953	1,896	2,003
Congo	4,905	5,022	5,236	5,533	5,569	5,631
Ethiopia	-	914	968	1,062	1,15	1,218
Guiné	1,174	1,269	1,255	1,248	1,277	1,164
Kenya	2,003	1,98	1,98	2,039	2,071	2,109
Libéria	555	588	643	689	729	782
Madagáscar	1,462	1,523	1,42	1,387	1,374	1,378
Mali	1,58	1,606	1,626	1,668	1,662	1,607
Moçambique	787	819	849	886	927	971
Níger	799	843	807	842	829	884
Ruanda	1,075	1,161	1,197	1,247	1,313	1,379
Senegal	1,25	1,289	1,305	1,349	1,403	1,586
Serra Leoa	2,143	2,162	2,153	2,182	2,163	2,174
South Africa	11,482	11,741	11,41	11,606	11,848	11,989
Sudão	3,123	3,127	3,14	3,162	3,35	3,37
Tanzânia	1,386	1,446	1,488	1,545	1,596	1,654
Togo	1,202	1,197	1,208	1,224	1,249	1,286
Zâmbia	2,507	2,584	2,662	2,779	2,879	2,99

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Index Mundi

**Nota:** “-“ significa sem dados

O PIB per capita ou rendimento per capita é um indicador que ajuda a perceber o grau de desenvolvimento económico de um país ou região (é a soma dos salários de toda a população dividido pelo número de habitantes) e consiste na divisão do Rendimento Nacional ou Produto Nacional Bruto menos os gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos pela população.

Da tabela 7, conclui-se que os países que se destacam com maior poder de aquisição, são Angola, Botswana, Congo e África do Sul.

Todos os restantes países apresentam um ligeiro aumento ao longo dos anos em análise, sendo 2008 e 2013 os anos em que atingem melhores resultados.



#### **4. As Mulheres e o Microcrédito**

Desde os tempos mais antigos que as mulheres participam nas mais diversas atividades a par dos homens tendo estado deste modo sempre presentes no desenvolvimento dos países. Contudo, as tarefas realizadas eram desvalorizadas e interpretadas como um alargamento do trabalho doméstico sem qualquer visibilidade, reconhecimento ou apoio legal.

A partir dos anos 90 do séc. XX tem-se verificado uma crescente deterioração das condições socioeconómicas de vida, o que tem levado mulheres e homens, não apenas nos países mais necessitados (os chamados países do Terceiro Mundo), a procurar alternativas para a geração de rendimentos que permitam cobrir as suas necessidades básicas, através de atividades micro - empresariais de variadas natureza e características (Loforte, 2000).

Dada a necessidade de procurar alternativas para a geração de rendimentos, surgiram diversas entidades e organismos (nacionais e internacionais) preocupados com as questões de género devido à grande quantidade de homens e mulheres que trabalham como microempresários/as. Surge então o microcrédito que tem por objetivo financiar atividades que capacitem o microempresário.

No Brasil, as mulheres desenvolvem sobretudo atividades económicas a nível de subsistência como auto-empregadas utilizando a tecnologia e o ambiente doméstico, permitindo-lhes cumprir com as suas atividades produtivas e reprodutivas. Esta situação acaba por limitar o seu crescimento pessoal e a abertura de outras possibilidades.

Quando as mulheres não se dedicam somente como auto-empregadas, desenvolvem atividades microempresariais mas deparam-se com a problemática das barreiras socioculturais que se mantem devido às responsabilidades de gestão familiar e doméstica o que faz com que o tempo disponível para se dedicar à atividade geradora de rendimento seja sempre menor que a do homem.

Apesar desta realidade, as mulheres têm conseguido fazer frente às adversidades socioeconómicas e culturais, conseguindo sustentar e dar melhor qualidade de vida a si mesmas e às suas famílias recorrendo a diversas estratégias que lhes permitem gerar rendimentos através de atividades produtivas.

Segundo Loforte (2000), as mulheres ocupam grande proporção na economia informal<sup>3</sup>, isto é, uma variedade enorme de atividades geradoras de rendimento caracterizadas por remunerações baixas, atividades incertas, irregulares e descontínuas.

O facto de a mulher se incorporar no mercado de trabalho, seja ele estruturado ou não, para além de lhes permitir estabelecer uma relação mais próxima com a sociedade, oferece-lhe a possibilidade de se valorizarem pessoalmente e ter mais protagonismo nas tomadas de decisão o que não aconteceu, a maior parte das vezes, com o trabalho doméstico (Abreu,1995).

Segundo Kabeer (2003), a adesão das mulheres a novas formas de cooperação extra - agregado familiar dá-lhes poder relativamente a outros membros do agregado familiar. Muitas mulheres nessa situação são viúvas ou separadas mas uma pesquisa em vários países do mundo revela que as casadas também têm a possibilidade de agir com uma independência considerável dos seus maridos, mantendo orçamentos separados e por vezes até poupanças.

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), existe uma grande diferença entre homens e mulheres no acesso à terra, ao crédito e ao emprego decente apesar de um crescente número de pesquisas mostrar que aumentar as opções económicas das mulheres impulsiona as economias nacionais e internacionais. De moda a atenuar esta desigualdade de género existem políticas macroeconómicas com o estabelecimento de políticas públicas. Os múltiplos obstáculos que impedem as mulheres de aproveitar as oportunidades económicas devem ser eliminados. Investir no empoderamento económico

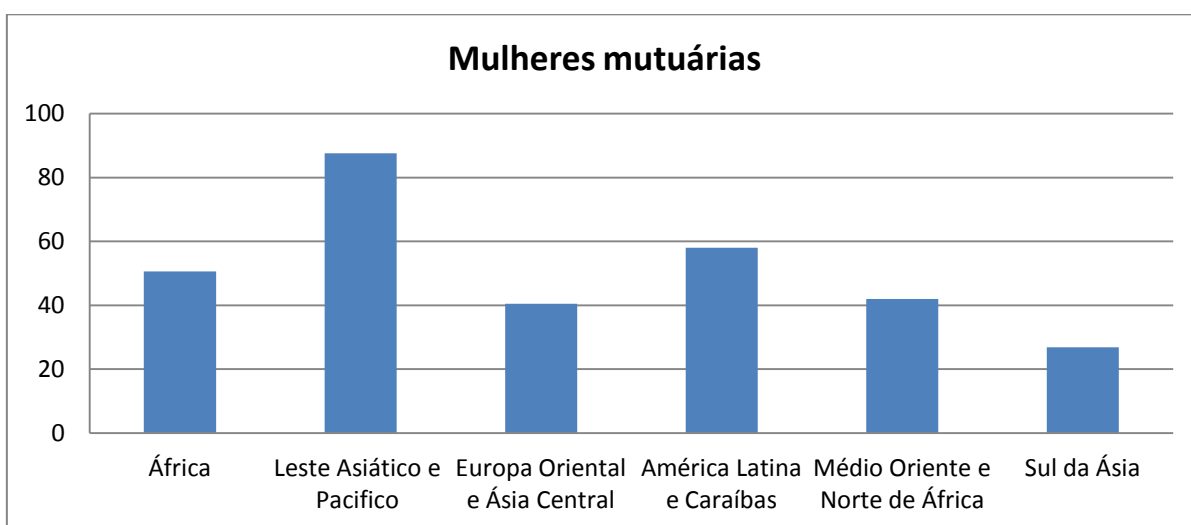
---

<sup>3</sup> Economia Informal: Desenvolve-se num contexto e elevadas taxas de desemprego, sub-emprego, pobreza, desigualdade de género e trabalho precário. Desempenha um papel significativo nessas circunstâncias, especialmente na criação de rendimento, devido à relativa facilidade de entra e aos baixos registos de educação, qualificações, tecnologia e capital. A maioria das pessoas entra na economia informal, não por escolha, mas por uma necessidade de sobreviver e para ter acesso a atividades que lhes permitam obter um rendimento básico.

das mulheres traduz-se num caminho direto para a igualdade de gênero, para a erradicação da pobreza e para o crescimento econômico inclusivo. As mulheres contribuem muito para a economia, seja em negócios, em fazendas, como empresárias ou empregadas, ou desempenhando as tarefas domésticas como trabalho não remunerado.

De acordo com o Portal do Governo de Moçambique (2008), uma mulher autónoma economicamente pode garantir o bem-estar da sua família, da sua comunidade e da sociedade, em geral. Os rápidos avanços que a mulher conseguiu na vida política foram possíveis porque já estava criada a base.

Os membros dos agregados familiares desenvolvem estratégias de sobrevivência diversificadas que podem incluir o envolvimento no mercado do trabalho, temporário ou não, poupanças, empréstimos e investimentos, atividades produtivas e reprodutivas, estratégias de rendimento, trabalho e de recursos. As mulheres dinamizam a criação e participação em redes sociais, em associações ou redes económicas com base na reciprocidade, para mais facilmente acederem a recursos sobretudo financeiros que permitam a manutenção dos seus agregados familiares, mas também efetuam investimentos de várias ordens que de outro modo não conseguiriam devido aos seus fracos rendimentos e quase nenhuma poupança (Kabeer, 2003).



**Figura 5:** Mutuários do sexo feminino por região (%), em 2014

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Mix Market (2014)

A maioria dos programas de microcrédito tem como alvo um dos grupos mais vulneráveis da sociedade, as mulheres, que vivem à margem da sociedade nos países em desenvolvimento, sendo-lhes negados os direitos básicos, a dignidade individual, as oportunidades económicas e educacionais, e a voz social/política, tanto no seio da sociedade como dentro das próprias famílias. Por isso, o crédito é muito mais importante para as mulheres do que para os homens, uma vez que investem os empréstimos em atividades produtivas ou para melhorar o bem-estar da família (com mais frequência do que os homens) e têm, geralmente, melhores taxa de reembolso do que os homens (Brau e Woller, 2004).

O microcrédito oferece oportunidades de autoemprego e de microfinanciamento, por isso, existem muitos estudos que comprovam que contribui para a segurança, a autoconfiança, a autonomia e a melhoria da situação familiar das mulheres. O acesso aos serviços financeiros capacita as mulheres tanto financeiramente como socialmente.

Segundo (Lisboa, 2008), é importante aumentar o rendimento familiar e estimular o desenvolvimento económico nos países como um todo. As sociedades precisam de ver as mulheres menos como recetoras passivas de ajuda e mais como promotoras de dinâmicas de transformação. O novo posicionamento da mulher implica a alteração dos processos e das estruturas que traduzem a posição da mulher como um ser submisso. No campo das discussões sobre desenvolvimento, o empoderamento das mulheres é visto por algumas ONG (Organizações Não Governamentais) como a principal estratégia de combate à pobreza e de mudanças nas relações de poder.

Empoderamento na perspetiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de género. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como género; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade bem como um desvio ao abuso físico e as violações (Lisboa, 2008).

No âmbito do empoderamento da mulheres, o papel do microcrédito é muito importante para o desenvolvimento, ganhando espaço prioritário para atingir as necessidades/carências de empregos, de formalização de experiências locais e pessoais na incrementação da economia local ou habilidades pessoais, as quais se convertem em bens e consumo para a comunidade local.

Para Yunus (2000) nestas condições, as mulheres são as mais vulneráveis, e são elas também as potencialidades mais ocultas, com maiores habilidades para gerar e gerir a economia do microcrédito, como foi à experiência que contemplou as aldeias pauperizadas de Bangladesh, e confirmado no mundo inteiro que a experiência é, sem dúvida, uma forma eficaz contra a pobreza, desde que bem acompanhada, oferecendo a possibilidade adequada e acessível para a população.

As mulheres, com as suas habilidades, capacidades e criatividade, têm tendência a apostar numa nova dinâmica de atuação e descoberta de uma “nova vida”, rumo a uma mudança transformadora. Yunus (2000) afirma que numa família com carência económicas, a mulher consegue com mais tranquilidade equilibrar os gastos com o dinheiro extra. Para ele as mulheres são “atores” privilegiados no desenvolvimento de um país. (Yunus, 2000).

Yunus (2000) refere ainda que a atuação do microcrédito promove uma relação eficaz entre sujeitos. Na sua experiência as mulheres mudaram completamente a visão do mundo e as suas relações sociais no contacto com o desenvolvimento económico. Elas que nunca se sentiram capazes de ter em sua posse um capital que as permitisse gerir um negócio próprio, e que as favorecesse economicamente, aos poucos descobrem que são capazes de mudar um cenário inerente, pela situação acomodada. A relação de empoderamento económico faz com que os sujeitos se conectem na sociedade. Yunus (2000) põe a experiência do empoderamento feminino, pelo microcrédito, como um modo de trabalhar as questões de gênero e as relações de sujeitos entre homens e mulheres.

Os gestores do microcrédito acreditam que colocar rendimento no poder das mulheres é frequentemente a forma mais eficiente de beneficiar uma família inteira.



Esse rendimento tem um grande impacto no desenvolvimento local, uma vez que as mulheres investem muito na família, sobretudo na educação dos filhos. Dar à mulher acesso ao microcrédito gera um efeito multiplicador, aumentando o impacto social que beneficia não só as gerações presentes, mas também as futuras (Silva, 2011).

O desenvolvimento da economia local através dos programas e incentivo ao acesso económico promove também as relações pessoais e sociais, criando assim, com maior facilidade, uma rede de acesso e apoio. Segundo Yunus são visivelmente rápidas as mudanças ocorridas nos relacionamentos, no aumento da autoestima, no desenvolvimento de potencialidades latentes e nos dinamismos, mesmo que o acesso ao dinheiro se dêem, sobretudo por mulheres mais pobres e com grande índice de analfabetismo. O aumento da autoestima é um dos primeiros impactos observados na relação de indivíduos. Sair do controle do homem, por meio de geração de uma economia própria, caracteriza um salto de qualidade nas relações e no desenvolvimento de um país.

A mulher, com o seu dinheiro, conquista o espaço social, público e privado, garantindo o seu direito de ser pessoa com capacidade e potencial de modificar a história social, sendo protagonista de ação transformadora. As mulheres passam a ser agentes não só de suas vidas, mas na vida de muitas outras pessoas e organizações. Muitos bancos procuram acompanhar o processo de desenvolvimento económico das mulheres objetivando as suas procuras de modo a que a economia gerada seja uma forma de subsistência e ao mesmo tempo de dar continuidade ao processo de desenvolvimento económico, gerando lucro que favoreça outros setores da vida para além das necessidades básicas (Silva, 2011).

Os países em desenvolvimento têm de priorizar a defesa dos direitos das mulheres. As normas sociais que alimentam a desigualdade de género têm de acabar, as leis contra a discriminação têm que ser cumpridas e as mulheres devem ser informadas sobre os seus direitos. Tem também de haver maiores investimentos na saúde materna. A exploração global do trabalho feminino sem documentação legal ou sem ser pago tem de acabar. As ONG e a sociedade civil têm de poder monitorizar os programas governamentais para assegurar que as políticas de igualdade de género são realmente respeitadas e cumpridas (Silva, 2011).

A desigualdade de género está associada à sociedade em que vivemos hoje em dia, na educação, na saúde, do acesso aos serviços e no trabalho. Esta desigualdade verifica-se dos negros em relação aos brancos, das mulheres em relação aos homens. As mulheres normalmente não têm a mesma oportunidade que os homens para realizarem diversos trabalhos por serem consideradas inferiores, frágeis e incapacitadas. (Filho, 2004; Scoot, 1990).

O conceito de género está relacionado com a construção social e cultural, que molda as relações sociais a partir das diferenças observadas entre os sexos (Saffioti, 1992). Está particularmente ligado às formas de relacionamento entre homens e mulheres, ao modo de ensinar e tratar os filhos, à educação oferecida nas instituições de ensino, às prioridades nas políticas de desenvolvimento do país, aos meios e utilização do poder.

Segundo Bourdieu (1999), o género manifesta uma estrutura de dominação simbólica, em que reflete a superioridade masculina, principalmente, nas sociedades patriarcais.

A cada dia, com o aumento da globalização e da consciencialização as mulheres tem vindo a assumir a sua ligação com a sociedade, antigamente as mulheres ficavam apenas em casa a cuidar da casa e dos filhos, mas hoje as mulheres não querem engravidar muito novas, querem estudar, fazer um curso profissionalizante e conquistar seu lugar no mercado de trabalho (Rosa, 2013).

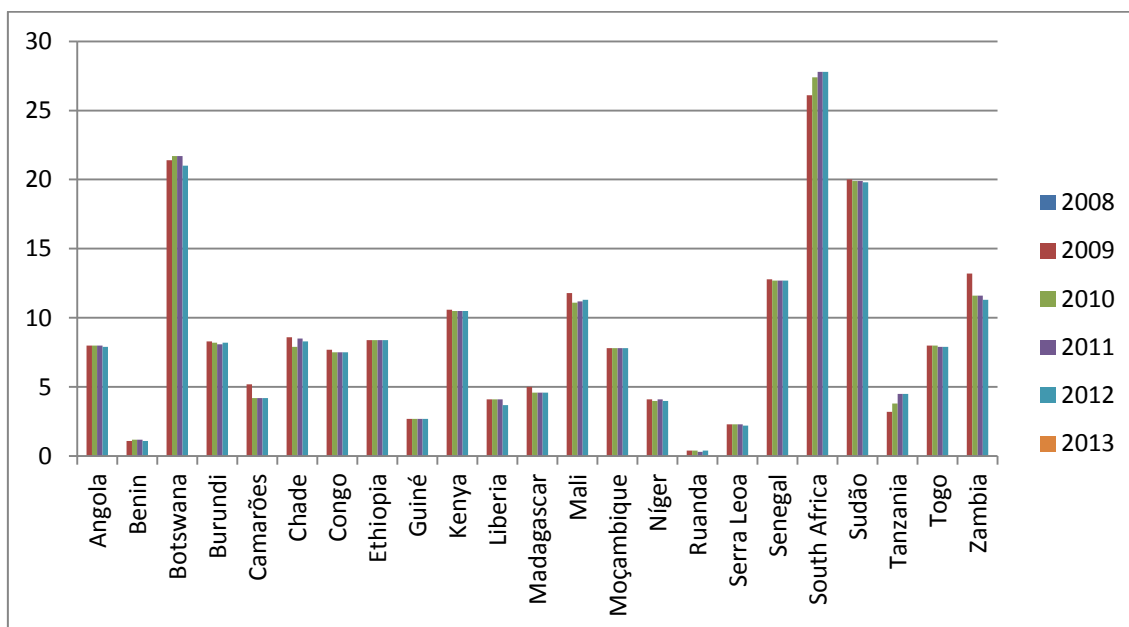
Para Cantelli (2007), um dos fatos mais importantes das últimas décadas foi o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Tal facto deve-se a fatores como a necessidade de complementaridade do rendimento familiar, como estratégia de sobrevivência e devido à transformação nos padrões familiares (comportamento e valores relativos ao papel da mulher).

Segundo Cantelli (2007), a desigualdade de género verifica-se nas seguintes realidades:

- na maior taxa de desemprego centrada entre as mulheres.
- a presença feminina em massa nos trabalhos mais vulneráveis
- nas diferenças de remuneração entre homens e mulheres.

-as mulheres também são mais passíveis de demissão e tendem a uma menor participação em sindicatos de trabalhadores e do patronato.

**Gráfico 3:** Desemprego feminino (%)



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial/ World Bank

O gráfico ilustra o desemprego do sexo feminino entre os anos de 2008 e 2013 em alguns países na região da África Subariana. Os países que se destacam com um volume de desemprego mais baixo são Benin, Camarões, Guiné, Libéria, Ruanda, Serra Leoa e Tanzânia. Pelo contrário, Botswana, Kenya, Mali, Senegal, South África, Sudão e Zâmbia apresentam um desemprego no sexo feminino muito elevado.

A análise das desigualdades de género tem sido fortalecida pela interpretação dos dados estatísticos que apontam para a pequena representação política das mulheres e para seus salários baixos. A interpretação dos indicadores sociais também possibilita a compreensão da dinâmica género/classe/raça/etnia na análise dos diferenciais de rendimento entre homens e mulheres nos setores populares e nas camadas ricas da população (Berssted, 1999).

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) de 2008, já apresentava como objetivos reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e fortalecer a autonomia feminina na vida social. Este aborda várias temáticas nomeadamente, o trabalho, saúde, violência e o acesso a serviços de infraestrutura social.

O Programa Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD também revela a preocupação com a invisibilidade das mulheres e com a ausência de políticas voltadas para superar as históricas discriminações, e elaborou uma metodologia para medir tanto o desenvolvimento social dos países (Índice de Desenvolvimento Humano) como para medir os progressos obtidos pelas mulheres (Índice de Desenvolvimento da Mulher).

Bersted (1999) afirma que a eliminação da desigualdade entre os sexos não depende do fato de um país ter um grande nível de rendimento sendo antes necessário um firme compromisso político e não uma riqueza econômica.

Cresce a proporção da população feminina economicamente ativa que busca seu sustento em trabalhos precários, mal remunerados e desvalorizados. Nesse processo que atinge ambos os sexos, as mulheres confrontam-se com desvantagens, tanto no que se refere à conquista de direitos, quanto às diferenças relativas ao recebimento histórico de salários mais baixos. Assim, se as políticas e os programas econômicos acarretam consequências perversas para os homens, têm incidido de forma ainda mais penosa sobre as mulheres (Bersted, 1999).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), os países com IDH baixo geralmente apresentam desigualdades acentuadas entre os gêneros. As dez nações com maiores discrepâncias entre homens e mulheres são Camarões (0,763), Costa do Marfim, Libéria (0,766), República Centro-Africana (0,768), Papua Nova Guiné (0,784), Afeganistão (0,797), Mali (0,799), Níger (0,807), República Democrática do Congo (0,814) e Iêmen (0,853). Já os países mais igualitários nesse sentido são Holanda (0,174), Dinamarca (0,209) e Suécia (0,289).

Grassi (2007) defende que quando no seio de uma família o homem está ausente, as mulheres organizam-se e assumem comportamentos sociais e econômicos de gestão do agregado familiar que vão do desenvolvimento do trabalho feminino no sector informal, à criação de associações femininas, à procura de uma integração nos circuitos financeiros modernos ou ainda à vontade de elevar o próprio nível de formação.

Atesta que a cidade, nesta fase de transição, se tornou o lugar privilegiado para a aprendizagem de novos papéis dentro da família, papéis sociais e profissionais. A cidade tornou-se um lugar de emancipação das mulheres, que demonstram uma clara vontade de se assumirem como agentes sociais e autoras do desenvolvimento.

## 5. Uma Análise Descritiva da situação sócioeconómica da Mulher na África Subariana

Neste capítulo pretende-se fazer uma análise descritiva da situação sócioeconómica da mulher na África Subariana. Através da análise de quadros e gráficos serão tiradas algumas conclusões acerca dos países em estudo da África Subariana no espaço temporal em estudo.

**Tabela 8:** Percentagem de mulheres mutuárias

Países	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Angola	62.00	64.06	40.00	57.61	-	-
Benin	70.22	60.91	66.49	55.27	65.27	92.00
Burundi	57.96	45.57	69.00	65.31	48.70	51.00
Chade	20.36	19.91	17.25	18.69	18.00	-
Ethiopia	59.81	64.73	63.62	59.94	51.48	80.66
Kenya	50.67	51.98	51.85	52.78	53.81	46.50
Libéria	-	94.00	93.96	95.88	86.52	98.83
Madagáscar	55.86	45.40	53.13	54.43	61.57	47.57
Mali	37.99	35.59	97.98	37.85	76.34	-
Moçambique	47.35	61.13	60.77	52.71	67.14	43.20
Níger	65.57	89.46	87.53	50.77	49.61	35.55
Ruanda	30.81	51.87	45.06	53.51	32.75	58.02
Senegal	53.04	57.42	47.99	52.25	43.80	99.79
Serra Leoa	76.69	92.09	77.39	72.02	88.54	96.17
Sudão	67.94	46.32	39.97	35.92	38.28	27.80
Tanzânia	77.79	81.39	73.29	62.81	53.17	37.07

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Mix Market

A tabela mostra a trajetória temporal da percentagem de mulheres mutuárias, de 2008 a 2013, na região da África Subsariana.

Ao verificar a percentagem entre os países em estudo, concluímos que as mulheres têm um peso significativo nas instituições de microcrédito. Sendo as mulheres quem têm maior dificuldade no acesso ao sistema financeiro formal e, em simultâneo, têm uma importância fundamental no seio das famílias, e tendo o microcrédito como objetivo servir os mais pobres é comum que as mulheres se encontrem como clientes privilegiados da atividade (Geraldo, 2004).

Os países que se destacam na tabela 8 são Benin, Ethiopia, Libéria, Senegal e Serra Leoa que apresentam taxas muito elevadas ao longo dos anos em análise, destacando-se os anos de 2011 a 2013 que apresentam valores acima dos 90%. Pelo contrário, Chade, Moçambique, Níger, Sudão e Tanzânia destacam-se pela negativa, apresentando valores relativamente baixos nos anos em análise.

Pode dizer-se que conforme o microcrédito se vai tornando mais acessível às pessoas com rendimentos mais baixos, neste caso, à mulher, será possível que esta modalidade de financiamento em conjunto com outros produtos microfinanceiros, contribua de modo ainda mais significativo para que o mercado do crédito se aproxime do equilíbrio entre a procura e a oferta de uma determinada região. Desta forma será possível promover o crescimento económico a partir da exploração das potencialidades locais incluindo um número cada vez maior de empreendimentos no processo de desenvolvimento económico.

**Tabela 9:** Percentagem de mulheres gerentes

	2010	2011	2012	2013
Angola	12,50	-	-	-
Benim	15,69	6,06	12,50	13,33
Burundi	50,00	29,16	54,55	63,64
Camarões	20,83	35,69	28,57	-
Congo	5,56	11,11	14,29	85,72
Etiópia	2,98	9,76	8,62	10,00
Guiné	11,11	25,00	3,23	-
Quénia	35,71	33,33	35,71	39,56
Madagáscar	-	24,61	43,52	28,49
Mali	35,00	33,28	35,00	-
Moçambique	28,57	41,21	30,95	27,96
Níger	-	66,66	-	22,22
Ruanda	20,00	20,00	25,00	22,22
Serra Leoa	64,78	66,66	57,15	100
Senegal	16,17	33,33	48,32	27,66
África do Sul	-	50,00	53,44	-
Sudão	15,38	27,38	21,31	9,76
Tanzânia	34,28	25,76	28,47	37,42
Togo	-	26,14	3,75	2,50
Zâmbia	20,00	35,00	15,00	-

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Mix Market

A tabela 9 mostra a percentagem de mulheres que tem o cargo de gestoras numa organização financeira de microcrédito. Dada a escassez de dados só é possível fazer a análise de 2010 a 2013.

Destacam-se pela positiva o Burundi apresentando taxas próximas dos 50% (à exceção de 2011 que sofreu uma descida relativamente a 2010, voltando a recuperar em 2012). O Congo entre 2010 e 2012 apresenta taxas relativamente baixas mas verifica-se uma reviravolta de 2012 para 2013, onde as mulheres estão representadas em grande peso na gestão de instituições financeiras.



Quênia apresenta taxas relativamente altas mantendo-se estável ao longo do período em análise. Serra Leoa destaca-se entre os países em análise pelas suas taxas acima dos 55% conseguindo em 2013 chegar aos 100%.

A África do Sul apesar dos escassos valores apresenta taxas elevadas nos dois anos que são possíveis analisar.

Camarões, Madagáscar, Mali, Moçambique Níger, Ruanda, Senegal, Sudão e Zâmbia, apesar de algumas oscilações, apresentam taxas bastante consideráveis ao longo dos anos em análise.

No geral pode concluir-se que cada vez mais a mulher tem assumido um papel importante nas instituições e na sociedade africanas. Nota-se o reconhecimento da mulher e a capacidade desta desenvolver uma atividade profissional, recorrendo ao microcrédito.

**Tabela 10:** Depósitos bancários (em milhões)

<b>Países</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Angola	1717709	2356230	2390815	2283820	-	-
Benin	1565229	1095745	960623	839622	929642	2677688
Burundi	243609	3481235	498222	554519	312353	6598701
Camarões	2033454	2351553	4265340	5410837	6505742	10027430
Chade	5272675	410425	2903843	2971802	3467779	-
Congo	369709	600684	1288518	2075895	2603312	5033647
Ethiopia	1000151	1082815	745790	1318895	1644200	1423376
Guiné	41770	1336967	4037325	3675947	6157872	-
Kenya	3726284	2266284	482280	1200600	2605612	28633621
Libéria	148705	348819	20844	17107	20727	-
Madagáscar	2560113	2271235	3538712	5512339	7179169	9789690
Mali	1499982	2174755	1559630	1735829	1349675	711685551
Moçambique	450750	454135	437053	670375	2675371	14520195
Níger	717603	527289	587575	510996	405219	465148
Ruanda	355489	512615	583715	641919	411720	673425
Senegal	982097	2342302	1253023	748133	227285	4923948
Serra Leoa	304855	81928	241822	105010	255367	-
Sudão	103196	164440	312999	636897	62355907	137542955
Tanzânia	947300	919168	1178523	1743415	4495866	41138706
Togo	1513926	1657520	1222520	475682	588899	3434886

Zâmbia	309175	427303	305452	108556	504653	-
--------	--------	--------	--------	--------	--------	---

Fonte: **Elaboração própria a partir de dados do Mix Market**

Na análise aos dados apresentados na Tabela 10, verifica-se que os valores de depósitos nos anos em análise são significativamente altos. Isto reflete que as famílias conseguem tirar uma parte dos seus ganhos para depósitos.

**Tabela 11:** Empréstimos bancários (em milhões)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Angola	5701636	6868217	2791668	5728201	-	-
Benin	1319991	958246	878496	339119	643723	240631
Botswana	-	-	-	-	-	-
Burundi	18786	488021	-	32705	191875	63084
Camarões	261465	227987	309602	935438	951721	2263574
Chade	-	437092	238983	162176	313616	-
Congo	-	128344	20938	-	-	450906
Ethiopia	1688154	2539251	1002019	1531214	4303221	991612
Guiné	414830	116680	102801	-	-	-
Kenya	-	-	-	-	-	-
Liberia	73298	205305	146922	47285	213235	338605
Madagascar	224007	206614	293257	2025248	2758709	1180482
Mali	1379342	1311275	865777	964900	763257	841644059
Moçambique	329923	270263	394923	328321	630726	1099232
Níger	822334	257884	219919	555551	44993	170840
Ruanda	24209	148701	1080706	60184	337263	354850
Serra Leoa	136964	73474	89022	304452	326538	213341
Senegal	793920	1468524	666668	491225	232639	6035240
South Africa	7314215	5143602	325727	7402897	825971	748524
Sudão	851142	899850	763916	1834328	545226	6818182
Tanzania	310043	334732	207383	317460	177460	1332263
Togo	531413	826083	276571	207774	116578	964336
Zambia	63562	418507	63125	503083	806879	91514

Os países que se destacam são Benin, Camarões (apresenta um crescimento ao longo dos anos em análise de 30%), Congo (apresenta uma taxa de crescimento ao longo dos anos em análise de 55%), Guiné (apresenta uma subida notável, apresentando-se em 2008 com 4,2 milhões de dólares e em 2011 com 6,5 biliões de dólares), Kenya (apresenta valores considerados elevados à exceção de 2010 onde se verifica um valor mínimo), Madagáscar (apresenta crescimento de 7% ao longo dos anos em análise), Mali (destaca-se no ano de 2013 com um valor de 7,12 milhões de dólares, Moçambique (verifica-se um desenvolvimento significativo ao longo dos anos e um melhoramento considerável de 2012 para 2013) Sudão (desde 2008 apresenta tendência de crescimento, destacando-se o crescimento súbito de 2011 para 2012 e um crescimento de 21% de 2012 para 2013), Tanzânia (apresentando um crescimento significativo ao longo dos anos, em particular, de 2012 para 2013). Os restantes países apresentam valores positivos embora não tão significativos.

A presente tabela apresenta os dados sobre empréstimos de microcréditos encontrados na plataforma Mix Market.

Verifica-se que todos os países com dados, apresentam valores bastante significativos. Países como Camarões, Congo, Madagáscar, Mali, Moçambique, Senegal, South Africa, Sudão, Tanzânia e Togo apresentam, ao longo dos anos em análise, um crescimento progressivo, acabando em 2013 com os melhores resultados.

Os valores dos restantes países oscilam consoante o passar dos anos, verificando-se uma descida entre os anos de 2009 e 2011 mas uma recuperação nos anos de 2012 e 2013.

O aumento de procura dos empréstimos impulsiona o aumento da produção que por sua vez cria novos empregos e novos investimentos. Estabelece-se, desta forma um círculo virtuoso de crescimento económico levando a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, impulsionando o desenvolvimento económico da região/país.

A importância do mercado de crédito para o desenvolvimento económico tem sido amplamente enfatizada e o acesso as fontes de financiamento é considerado um fator determinante do ritmo desse crescimento económico. (Leite. C; Franco. F, 2007)

**Tabela 12:** Número de clientes com crédito ativo (em milhares)

Países	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Angola	9128	8582	9146	12686	-	-
Benin	9988	4585	2059	3251	2125	26596
Botswana	-	-	-	-	-	-
Burundi	5395	12966	458	3474	2287	9205
Camarões	5142	6184	6050	6296	6132	11169
Chade	18113	11641	20410	14765	14264	-
Congo	8334	10273	5203	4455	4118	4987
Ethiopia	27268	28430	39459	32645	22935	21845
Guiné	3579	5536	45611	6529	53818	-
Kenya	15135	13628	6909	8862	13278	14557
Libéria	4965	14236	13071	14646	11244	11578
Madagáscar	6576	7345	8036	14937	14957	16419
Mali	8839	12112	12433	9165	22782	10239
Moçambique	7545	8839	4425	5242	5603	14095
Níger	20786	24447	7404	9319	667	731
Ruanda	1496	2006	2792	2961	2434	2406
Senegal	3473	8274	8681	9447	11793	21046
Serra Leoa	4570	8569	7440	7133	22501	63676
South Africa	40974	33835	2964	2980	2698	2936
Sudão	3391	3059	3120	5602	5236	8096
Tanzânia	11213	5665	5322	9768	21465	16797
Togo	1482	1350	1897	2194	2125	4243
Zâmbia	5515	5423	13669	2040	10579	3711

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Mix Market

Na tabela 12 pode verificar-se o número de clientes com crédito ativo nas instituições de microcrédito. Em Angola, Benim, Burundi, Camarões, Chade, Guiné, Quénia, Libéria, Madagáscar, Moçambique, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sudão e Tanzânia, Togo verifica-se um aumento gradual ao longo dos anos em análise sendo esse aumento mais significativo de 2012 para 2013.

Pelo contrário, Chade e Congo apresentam uma diminuição desde 2010. Etiópia apesar de se apresentar com números elevados, também apresenta tendência de diminuição desde 2010.

Mali apesar dos valores elevados, em 2011, sofre uma diminuição recuperando no ano seguinte e voltando a diminuir de 2012 para 2013.

Níger é o país que apresenta piores valores nesta análise tendo vindo desde 2008 até 2013 a diminuir gradualmente.

África do Sul também apresenta uma diminuição significativa desde 2008 até 2013.

## **6. Estudo Empírico**

Depois da análise da literatura existente sobre o microcrédito, o papel da mulher na economia e o seu desenvolvimento profissional e pessoal e a desigualdade de género, é agora importante estudar a relação entre estes conceitos económicos através da análise de variáveis socioeconómicas da região em estudo, isto é, a região da África Subsariana. Segue-se o presente capítulo que apresenta a metodologia da análise dos dados e da construção e estimação do modelo econométrico, assim como os resultados obtidos.

### **6.1 Metodologia**

#### **6.1.1 Questão e Hipótese de Estudo**

A hipótese central a testar é que o recurso ao microcrédito fez com que se observasse um impacto no desenvolvimento económico e no empoderamento da mulher na sociedade na região da África Subsariana, levando à redução da exclusão social, à melhoria significativa de vida e à diminuição da desigualdade de género.

#### **6.1.2 Dados**

Nesta fase de investigação pretende-se perceber se o microcrédito na África Subsariana tem impacto no desenvolvimento dos países, particularmente no desenvolvimento e empoderamento da mulher na sociedade, fazendo com que ela obtivesse uma melhoria significativa na sua qualidade de vida, levando assim à diminuição da desigualdade de género.

Portanto, este estudo vai focar-se no efeito do microcrédito junto das mulheres que ainda são quem mais carece quer em questões de igualdades quer nas oportunidades de emprego, no acesso aos serviços, na educação ou nos salários. Segundo Coelho (2013), nenhuma desigualdade devia existir mas, infelizmente, entre homens e mulheres ainda é possível constatar profunda discrepância de direitos, mesmo com alguns avanços

consideráveis nos últimos anos. Acrescenta Coelho (2013) que as mulheres continuam a ganhar menos, cerca de 70% menos do que os homens ganham (dados de 2013), mesmo considerando que as mulheres hoje são mais escolarizadas do que os homens; ainda são exceção em cargos importantes e de decisão, embora seja crescente o número de mulheres em algumas ocupações; e a mulher continua em setores considerados femininos que são mais desvalorizados.

Será feita uma análise de dados em painel para verificar os efeitos ao longo do tempo. A utilização de dados em painel tem a capacidade de captar a heterogeneidade entre as unidades, de aumento da eficiência das estimativas e permite captar a dinâmica do comportamento das unidades (Sonaglio et al., 2010).

Segundo Baltagi (2005) e Costa (2010), este tipo de base de dados proporciona também uma melhor detenção de efeitos do que os dados de cortes transversais e séries temporais, reduzem também o viés da agregação de indivíduos e viabilizam análises mais complexas. Porém, trazem algumas dificuldades nomeadamente na sua implementação no caso de indisponibilidade de dados em alguns casos.

Os países para constituir a base de dados para estudo foram selecionados de acordo com as quatro fontes de dados utilizadas, o Index Mundi (<http://www.indexmundi.com/>), o Mix Market (<http://www.mixmarket.org/>), o UNDP - United Nations Development Programme (<http://www.undp.org/>) e o World Bank (<http://www.worldbank.org/>).

Dos 47 países que compõem a região da África Subsariana, foram excluídos os países Burkina Fosso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Djibuti, Eritrénia, Gabão, Guiné-Equatorial, Guiné-Bissau, Gâmbia, Gana, Ilhas Camores, Lesoto, Maurício, Maurítânia, Namíbia, Nigéria, Reunião, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Somália, Suazilândia, Uganda e Zimbábue, devido à falta de dados consistentes para as variáveis aferidoras de microcrédito. Desta forma, foram apenas considerados 23 países nesta análise, ou seja 50% dos países que compõem a região da África Subsariana que se apresentam na tabela que se segue. Estes países representam cerca de 80% da população da região da África Subsariana. Com dados de 2013, os 23 países do estudo representam 19 bilhões do PIB Global da Região da África Subsariana.

**Tabela 13:** Países da região da África Subsariana considerados no estudo

Países considerados no estudo		
Angola	Guiné	Serra Leoa
Benin	Kenya	Senegal
Botswana	Libéria	South Africa
Burundi	Madagáscar	Sudão
Camarões	Mali	Tanzânia
Chade	Moçambique	Togo
Congo	Níger	Zâmbia
Ethiopia	Ruanda	

De forma a perceber quais são os determinantes que explicam a variável dependente (variável aferidora do acesso das mulheres ao microcrédito, como o número de mulheres mutuárias e a percentagem de mulheres gerentes), é necessário proceder-se à construção de uma base de dados com base na Revisão da Literatura. Na tabela seguinte estão enunciadas as diferentes fontes que serviram de suporte à construção da base de dados.

**Tabela 14:** Fontes por variável

Variável	Fonte	Anos observados
Número de Instituições de Microcrédito	Mix Market	2009 a 2012
Número de clientes com crédito ativo		2009 a 2012
Valor total de empréstimos		2009 a 2012
Percentagem de mutuários do sexo feminino		2008 a 2013
Número de empréstimos		2007 a 2013
Número de depósitos		2007 a 2013
Número de microempresas financiadas que são start-ups		2007 a 2013
Ativos		2007 a 2013
Produto Nacional Bruto	World Bank	2009 a 2013
Desemprego Feminino		2009 a 2012
Desemprego Masculino		2009 a 2012
Produto Interno Bruto	Index Mundi	2009 a 2013
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	UNDP	2005 a 2013
Índice de Gini		2013
Índice de Desenvolvimento de Género		2000,2005,2012
Produto Interno Bruto Per capita		2000, 2005, 2012



### 6.1.3 Modelo Econométrico

Para verificar se o Microcrédito está ou não a potencializar o desenvolvimento da região da África Subsariana, nomeadamente o desenvolvimento e empoderamento da mulher na sociedade, será usado o seguinte modelo de regressão linear:

De uma forma genérica apresenta-se da seguinte forma:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 Z_{it} + \dots + \beta_K X_{it} + \mu_{it}$$

Ou de um modo mais extenso

$$\begin{aligned} \text{Variável Dependente}_{it} = & \beta_0 + \beta_1 * \text{Produto Interno Bruto}_{it} + \beta_2 * \\ & \text{índice de Desenvolvimento Humano}_{it} + \beta_3 * \text{Índice de Gini}_{it} + \beta_4 * \\ & \text{Índice de Desigualdade de Género}_{it} + \beta_5 * \text{Pib per capita feminino}_{it} + \beta_6 * \\ & \text{Produto Interno Bruto per capita}_{it} + \beta_7 * \text{Produto Interno Bruto Global}_{it} + \beta_8 * \\ & \text{Desemprego Feminino}_{it} + \beta_9 * \text{Desemprego Masculino}_{it} + \beta_{10} * \text{Produto Nacional Bruto}_{it} \\ & + \beta_{11} * \text{Ativos}_{it} + \beta_{12} * \text{Número de Instituições de Microcrédito}_{it} + \beta_{13} * \\ & \text{Número de clientes com crédito ativo}_{it} + \beta_{14} * \text{Valor total de empréstimos}_{it} + \beta_{15} * \\ & \text{Número de empréstimos}_{it} + \beta_{16} * \text{Número e depósitos}_{it} + \mu_{it} \end{aligned}$$

onde,

- $i = 23$  países da África Subsariana, Angola, Benin, Botswana, Burundi, Camarões, Chade, Congo, Etiópia, Guiné, Libéria, Mali, Madagáscar, Moçambique, Níger, Quênia, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, South África, Sudão, Tanzânia, Togo e Zâmbia.
- $t = [2008, 2013]$ , representa os anos em análise do estudo.
- $\mu_{it}$  é o termo de erro ou perturbação sob a condição dos erros serem independentes e identicamente distribuídos, com distribuição normal ou seja, média zero e variância  $\sigma^2$ . Estes termos de erro contêm outros fatores que influenciam a variável dependente ( $Y_{it}$ ), ou seja, não importa quantas variáveis de

- controlo e explicativas se inclui no modelo, pois haverá sempre fatores que não se podem incluir no modelo e estão contidos em  $\mu_{it}$ .

De forma a ultrapassar possíveis problemas relacionadas com o recurso a uma única dimensão da Igualdade de Género e as variáveis independentes, optou-se por dividir o modelo econométrico em três modelos substituindo a variável dependente e usando as variáveis independentes que melhores resultados apresentavam. As variáveis dependentes escolhidas foram a percentagem de Mulheres Mutuárias, as Mulheres Gerentes e as mulheres que fazem parte do Conselho Feminino nas instituições de microcrédito. As variáveis independentes consideradas nos modelos a estudar de acordo com a Revisão da Literatura são O número de instituições de microcrédito, os empréstimos *Per Capita*, os depósitos, o Índice de Desigualdade de Género, o PIB *Per Capita* feminino e a taxa de desemprego feminina.

**Os modelos em estudo são os seguintes:**

**Modelo I:**

***Percentagem de mulheres mutuárias<sub>it</sub>***

$$\begin{aligned} &= \beta_0 + \beta_1 \text{Instituições de microcrédito}_{it} \\ &+ \beta_2 \text{Empréstimos per capita}_{it} + \beta_3 \text{Depósitos}_{it} + \\ &= \beta_4 \text{Índice de Desigualdade de Género}_{it} \\ &+ \beta_5 \text{Pib per capita feminino}_{it} + \beta_6 \text{Desemprego feminino}_{it} \\ &+ \mu_{it} \end{aligned}$$

**Modelo II:**

***Mulheres Gerentes<sub>it</sub>***

$$\begin{aligned} &= \beta_0 + \beta_1 \text{Instituições de microcrédito}_{it} \\ &+ \beta_2 \text{Empréstimos per capita}_{it} + \beta_3 \text{Depósitos}_{it} + \\ &= \beta_4 \text{Índice de Desigualdade de Género}_{it} \\ &+ \beta_5 \text{Pib per capita feminino}_{it} \\ &+ \beta_6 \text{Desemprego feminino}_{it} + \mu_{it} \end{aligned}$$

**Modelo III:**

$$\begin{aligned} & \textit{Mulheres que pertencem ao conselho Feminino}_{it} \\ &= \beta_0 + \beta_1 \textit{Instituições de microcrédito}_{it} \\ &+ \beta_2 \textit{Empréstimos per capita}_{it} + \beta_3 \textit{Depósitos}_{it} + \\ &= \beta_4 \textit{Índice de Desigualdade de Género}_{it} \\ &+ \beta_5 \textit{Pib per capita feminino}_{it} \\ &+ \beta_6 \textit{Desemprego feminino}_{it} + \mu_{it} \end{aligned}$$

**6.1.4 Definição das variáveis**

De modo a perceber se o microcrédito é utilizado na região da África Subariana para promover o desenvolvimento da mulher a nível pessoal e profissional de modo a colmatar a desigualdade de género, utilizou-se como variáveis independentes a Percentagem de Mulheres Mutuárias, Percentagem de Mulheres que são gerentes e as Mulheres que constituem o Conselho Feminino nas Instituições de Microcrédito.

Como variáveis independentes foram incluídas neste estudo variáveis aferidoras do padrão de desenvolvimento do microcrédito e de desenvolvimento económico e social.

De forma a permitir um melhor conhecimento, segue-se uma breve descrição de cada variável presente no estudo. No que diz respeito às variáveis aferidoras de desenvolvimento económico e social foram incluídas:

- **Índice de Desigualdade de Género:** reflete desigualdades com base no género em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A saúde reprodutiva é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes; a autonomia é medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada género e a obtenção de educação secundária ou superior por cada género; e a atividade econômica é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada género (Adami, 2015).

- **Desemprego feminino (taxa):** Refere-se ao total de indivíduos do sexo feminino que estão sem trabalho num determinado país, mas estão disponíveis e à procura de emprego (Adami, 2015).
- **PIB Per Capita Feminino:** Produto Interno Bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um país. Neste caso é o Produto Interno Bruto relativo às mulheres. O PIB é a soma de todos os bens de um país, e quanto maior o PIB, mais demonstra o quando esse país é desenvolvido, e podem ser classificados entre países pobres, ricos ou em desenvolvimento.

No que diz respeito às variáveis aferidoras de microcrédito foram incluídas neste modelo as variáveis:

- **Número de empréstimos *per capita*:** Representa a quantidade de empréstimos por pessoa que são concedidos através de programas de microcrédito (Adami, 2015).
- **Número de depósitos:** Representa o valor de depósitos disponíveis nas IFM de acordo com os balanços contabilísticos (Adami, 2015).
- **Número de instituições de microcrédito:** Quantidade de IFM existentes em cada país de uma determinada região (Adami, 2015).

### 6.1.5 Estatísticas Descritivas

Depois de apresentado o modelo econométrico a ser utilizado, torna-se necessário analisar as variáveis que compõem o modelo de regressão em estudo. A tabela que se apresenta de seguida, tabela 15, representa as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no presente estudo, no período de 2008 a 2013, para os 23 países da região da África Subsaariana. Após a análise da tabela é possível observar que há uma discrepância entre o número de observações das variáveis retiradas do Mix Market, do World Bank, do Index Mundi e do UNDP, uma vez que, como foi anteriormente referido, existem países que não contêm informação para as variáveis em estudo.

**Tabela 15:** Estatísticas Descritivas

Variáveis	Número de observações	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Mulheres mutuárias (valores em %)	130	-0.275	0.164	-0.763	-0.001
Mulheres gerentes (valores em %)	120	-0.646	0.340	-1.600	0
Mulheres do concelho diretivo (valores em %)	126	-0.625	0.256	-1.250	0
Número de Instituições de Microcrédito	126	0.761	0.421	0	1.410
Empréstimos <i>Per Capita</i>	119	1.944	0.254	1.360	2.630
Depósitos (Valor Global)	132	6.147	0.781	4.230	8.850
Índice de Desigualdade de Género (%)	114	-0.228	0.063	-0.390	-0.150
PIB <i>Per Capita</i> Feminino	138	0.597	0.404	0.040	1.370
Taxa de desemprego feminino (%)	101	0.793	0.415	-0.520	1.440

**Nota:** Todas as variáveis estão logaritimizadas

Depois de ser realizada uma análise descritiva das variáveis e de modo a verificar a eventualidade das variáveis estarem correlacionadas, é relevante apresentar a matriz de correlações de *Pearson* das mesmas.

Através da análise da Tabela 15 podem-se verificar níveis de correlação inferiores a 0.10, por exemplo, o caso das variáveis Mulheres mutuárias e PIB *Per Capita* feminino, Mulheres gerentes e PIB *Per Capita* feminino. Ao contrário encontra-se, por exemplo, Índice de Desigualdade de Género e Desemprego feminino.

**Tabela 16:** Matriz de correlações das variáveis

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9
V1	1.00								
V2	0.11	1.00							
V3	-0.03	0.17	1.00						
V4	-0.16	-0.09	0.36	1.00					
V5	0.42	0.26	0.13	-0.18	1.00				
V6	-0.34	-0.17	-0.10	0.11	-0.28	1.00			
V7	0.22	-0.07	-0.41	-0.68	0.15	0.05	1.00		
V8	0.00	0.02	0.19	-0.17	-0.14	-0.20	-0.18	1.00	
V9	-0.12	0.06	-0.15	-0.53	0.13	0.09	0.43	0.14	1.00

**Legenda:** V1 – Mulheres mutuárias; V2 - Mulheres gerentes; V3 - Mulheres no conselho; V4 - Instituições de microcrédito; V5 - Empréstimos *Per Capita*; V6 - Depósitos; V7 - Índice de Desigualdade de Género; V8 - PIB *Per Capita* Feminino; V9 - Desemprego Feminino;

Depois de se ter estudado as variáveis através da aplicação de medidas de estatística descritiva, de se ter analisado as correlações entre as variáveis que compõem o modelo econométrico em estudo foi ainda necessário verificar, antes de se aplicar o método de estimação, potenciais problemas de multicolinearidade e heterocedasticidade.

A verificação dos possíveis problemas foi realizada através do cálculo do Fator de Inflação de Variância (FIV), no caso da multicolinearidade, e o teste de Breusch-Pagan, no caso da heterocedasticidade. O Fator de Inflação é uma medida de grau em que cada variável independente é explicada pelas demais variáveis independentes. Segundo Miloca e Conejo (2011) quanto maior for o FIV, mais severa será a multicolinearidade. Johnson (1988), sugere que se qualquer Fator de Inflação da Variância exceder 10, então a multicolinearidade causará efeitos nos coeficientes de regressão.

O teste de Breusch-Pagan testa se as variâncias dos erros são constantes para observações diferentes, isto é, considera a homocedasticidade como hipótese nula. No caso de se rejeitar a hipótese de ausência de homocedasticidade, está-se perante um problema de heterocedasticidade. A presença de heterocedasticidade no modelo implica que os erros padrão dos estimadores obtidos através do Método dos MQO são incorretos e que por isso a inferência estatística não é válida e ainda não se poderá considerar os

estimadores dos MQO como os melhores estimadores de mínima variância para os coeficientes.

### Modelo I

#### *Percentagem de mulheres mutuárias<sub>it</sub>*

$$\begin{aligned}
 &= \beta_0 + \beta_1 \text{Instituições de microcrédito}_{it} \\
 &+ \beta_2 \text{Empréstimos per capita}_{it} + \beta_3 \text{Depósitos}_{it} + \\
 &= \beta_4 \text{Índice de Desigualdade de Género}_{it} \\
 &+ \beta_5 \text{Pib per capita feminino}_{it} + \beta_6 \text{Desemprego feminino}_{it} \\
 &+ \mu_{it}
 \end{aligned}$$

Tabela 17: Mínimos Quadrados Ordinários

Mulheres Mutuárias (%)	Coefficiente	FIV
<b>Constante</b>	-2.684 (0.609)	
<b>Instituições de microcrédito</b>	0.451*** (0.135)	2.59
<b>Empréstimos Per Capita</b>	-0.285*** (0.142)	2.55
<b>Depósitos</b>	-0.198*** (0.077)	1.39
<b>IDG</b>	0.900*** (1.100)	1.38
<b>PIB Per Capita feminino</b>	0.348*** (0.100)	1.28
<b>Desemprego feminino</b>	-0.028*** (0.098)	1.13

<b>Número de Observações</b>	73
<b>R2</b>	0.38
<b>Mean FIV</b>	1.72
<b>Breusch – Pagan</b>	X <sup>2</sup> = 0.02
	P-valor= 0.89

Nota: Nível de Significância: 10%, \*, 5%, \*\*, 1%, \*\*\*. Erros estimados entre parênteses

Tabela 18: Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios do Modelo I

<b>Mulheres Mutuárias (%)</b>	<b>Efeitos Fixos</b>	<b>Efeitos Aleatórios</b>
<b>Constante</b>	0.288*** (1.783)	-2.523*** (0.704)
<b>Instituições de microcrédito</b>		0.465*** (0.210)
<b>Empréstimos <i>Per Capita</i></b>	-0.327*** (0.238)	-0.301*** (0.193)
<b>Depósitos</b>	-0.217*** (0.088)	-0.213*** (0.076)
<b>IDG</b>	6.275*** (5.540)	1.156*** (1.619)
<b>PIB <i>Per Capita</i> feminino</b>		0.353*** (0.166)
<b>Desemprego feminino (%)</b>	-1.454*** (0.285)	-0.036*** (0.160)
<b>Número de Observações</b>	73	73
<b>Número de Grupos</b>	17	17
<b>R2</b>	0.059	0.001



<b>Teste F de significância conjunta dos coeficientes</b>	2.43	
<b>Teste F (de significância dos <math>u_i</math>, efeitos fixos)</b>	3.36	P-valor=0.00
<b>Teste hausman de efeitos fixos sobre aleatórios</b>	1.97	1.97
	P-valor= 0.74	P-valor= 0.74

Analisando as Tabelas 17, 19 e 21 é possível perceber pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) que os modelos não possuem problemas de multicolinearidade, o valor máximo que o FIV apresenta é de 2.59 no modelo I, 2.38 no modelo II e 2.71 no Modelo III. Quanto aos problemas de heterocedasticidade estes também não se verificam nos modelos em estudo uma vez que, considerando um nível de significância de 5%, não se rejeita a hipótese de homoscedasticidade dos erros

Uma vez que a base de dados está em painel, é necessário estimar e comparar os modelos com efeitos fixos e efeitos aleatórios. No modelo de efeitos fixos, os coeficientes podem variar de indivíduo para indivíduos ou no tempo, ainda que permaneçam como constantes fixas, logo, não aleatórias. Se a heterogeneidade seccional e/ou temporal se evidencia apenas termo independente, estamos perante um modelo de covariância (Marques, 2000). Para Wooldrige (2006), os parâmetros destes modelos são estimados pelo método dos MQO. O modelo de efeitos aleatórios pressupõe que o comportamento específico dos indivíduos e períodos de tempo é desconhecido, não podendo ser observado, nem medido: é parte da nossa “ignorância geral”. Portanto, em amostras longitudinais de grande dimensão, pode-se sempre representar os efeitos individuais ou temporais específicos sob a forma de uma variável aleatória normal. Segundo Marques (2000), o modelo com efeitos aleatórios apresenta variadas vantagens, nomeadamente, a sua capacidade para trabalhar com bases de dados de qualquer dimensão, o facto de a inferência estatística aplicável ser uma mera derivação dos testes de hipóteses usuais e no caso de estudo de dados em painel, este é estudado com maior profundidade. O teste de Hausman levou à preferência pelos efeitos aleatórios.

Modelo II

***Mulheres Gerentes<sub>it</sub>***

$$\begin{aligned}
 &= \beta_0 + \beta_1 \text{Instituições de microcrédito}_{it} \\
 &+ \beta_2 \text{Empréstimos per capita}_{it} + \beta_3 \text{Depósitos}_{it} + \\
 &= \beta_4 \text{Índice de Desigualdade de Género}_{it} \\
 &+ \beta_5 \text{Pib per capita feminino}_{it} + \beta_6 \text{Desemprego feminino}_{it} \\
 &+ \mu_{it}
 \end{aligned}$$

**Tabela 19:** Mínimos Quadrados Ordinários

Mulheres Gerentes	Coefficiente	FIV
<b>Constante</b>	-1.019** (0.656)	
<b>Instituições de microcrédito</b>	-0.085*** (0.124)	2.38
<b>Empréstimos Per Capita</b>	0.272*** (0.153)	2.24
<b>Depósitos</b>	-0.052*** (0.067)	1.41
<b>IDG</b>	-1.171** (0.852)	1.38
<b>PIB Per Capita feminino</b>	-0.047*** (0.092)	1.23
<b>Desemprego feminino</b>	0.062** (0.784)	1.21
<b>Número de Observações</b>	65	
<b>R2</b>	0.11	
<b>Mean FIV</b>	1.64	

<b>Breusch – Pagan</b>	$X^2= 0.76$ P-valor= 0.38
------------------------	------------------------------

**Tabela 20:** Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios do Modelo II

<b>Mulheres Gerentes</b>	<b>Efeitos Fixos</b>	<b>Efeitos Aleatórios</b>
<b>Constante</b>	-0.099*** (1.163)	0.679** (0.630)
<b>Instituições de microcrédito</b>		-0.112* (0.228)
<b>Empréstimos <i>Per Capita</i></b>	-0.092*** (0.159)	0.009*** (0.147)
<b>Depósitos</b>	0.018*** (0.061)	0.007*** (0.059)
<b>IDG</b>	-0.386*** (3.449)	-0.787*** (1.616)
<b>PIB <i>Per Capita</i> feminino</b>		-0.077*** (0.184)

<b>Desemprego feminino (%)</b>	-0.698** (0.855)	-0.002*** (0.171)
<b>Número de Observações</b>	65	65
<b>Número de Grupos</b>	15	15
<b>R2</b>	0.027	0.023
<b>Teste F de significância conjunta dos coeficientes</b>	0.32	
<b>Teste F (de significância dos <math>u_i</math>, efeitos fixos)</b>	7.03 P valor=0.000	
<b>Teste hausman de efeitos fixos sobre aleatórios</b>	4.82 P-valor= 0.31	4.82 P-valor= 0.31

A escolha do modelo mais adequado (efeitos fixos ou efeitos aleatórios) foi feita através da aplicação do teste F sobre os efeitos fixos e através do teste de Hausman que considera como hipótese nula que não há correlação entre o termo de erro e as variáveis explicativas; contra a hipótese alternativa, de que a covariância entre o termo de erro e as variáveis explicativas é diferente de zero. Rejeitar a hipótese de que não há correlação, implica admitir que não há diferença sistemática entre os modelos, podendo ser utilizado tanto um como outro. Considerando um nível de significância de 5%, o p-valor das Tabelas 18, 20 e 22 é superior ao nível de significância considerando logo, pode-se rejeitar a hipótese de não existir correlação entre o termo de erro e as variáveis explicativas. Através da análise das Tabelas 18, 20 e 22 pode concluir-se que os efeitos aleatórios são preferíveis sob os efeitos fixos, isto quer dizer que existem diferenças evidentes entre os países e os anos considerados nos modelos.

Modelo III

$$\begin{aligned}
 & \text{Mulheres que pertencem ao conselho Feminino}_{it} \\
 & = \beta_0 + \beta_1 \text{Instituições de microcrédito}_{it} \\
 & + \beta_2 \text{Empréstimos per capita}_{it} + \beta_3 \text{Depósitos}_{it} + \\
 & = \beta_4 \text{Índice de Desigualdade de Género}_{it} \\
 & + \beta_5 \text{Pib per capita feminino}_{it} + \beta_6 \text{Desemprego feminino}_{it} \\
 & + \mu_{it}
 \end{aligned}$$

Tabela 21: Mínimos Quadrados Ordinários

Mulheres do Conselho Feminino	Coefficiente	FIV
Constante	-1.929 (0.506)	
Instituições de microcrédito	0.188*** (0.118)	2.71
Empréstimos Per Capita	0.258*** (0.138)	2.57
Depósitos	0.065*** (0.058)	1.49
IDG	-1.009** (0.856)	1.36
PIB Per Capita feminino	0.106*** (0.089)	1.28
Desemprego feminino	0.044** (0.884)	1.12
Número de Observações	69	
R2	0.25	

<b>Mean FIV</b>	1.76
<b>Breusch – Pagan</b>	X <sup>2</sup> = 1.27 P-Valor= 0.26

**Tabela 22:** Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios Modelo III

<b>Mulheres do Conselho Feminino</b>	<b>Efeitos Fixos</b>	<b>Efeitos Aleatórios</b>
<b>Constante</b>	1.160* (1.975)	-1.529*** (0.558)
<b>Instituições de microcrédito</b>		0.192*** (0.159)
<b>Empréstimos <i>Per Capita</i></b>	-0.012*** (0.196)	0.168*** (0.153)
<b>Depósitos</b>	-0.014*** (0.073)	0.033*** (0.062)
<b>IDG</b>	10.370** (7.340)	-0.834** (1.162)
<b>PIB <i>Per Capita</i> feminino</b>		0.087*** (0.118)
<b>Desemprego feminino (%)</b>	0.882** (1.107)	0.050*** (0.118)
<b>Número de Observações</b>	69	69
<b>Número de Grupos</b>	16	16



## 7. Discussão dos Resultados

### 7.1 Análise do modelo econométrico com a utilização da variável dependente Percentagem de mulheres mutuárias.

Depois de aplicado o método dos MQO e dos efeitos fixos e aleatórios torna-se agora fundamental analisar os resultados obtidos nas Tabelas 17 e 18 apresentadas anteriormente. Na Tabela 17 estão apresentados os resultados obtidos através da aplicação do MQO para a variável dependente que se esta a considerar no Modelo I em estudo, Percentagem de mulheres mutuárias. Na Tabela 17 foi calculada a regressão do modelo bem como o Fator de Inflação das variáveis que se apresenta inferior a 10 eliminando qualquer problema relacionado com multicolinearidade.

Através do método dos MQO apresentado na Tabela 17, pode concluir-se que as variáveis que melhor explicam a Percentagem de mulheres mutuárias na região da África Subariana, são o Número de instituições de microcrédito, o Índice de Desigualdade de Género, o PIB *Per Capita* feminino e os Empréstimos *Per Capita*.

As variáveis que afetaram positivamente o modelo foram as variáveis Instituições de microcrédito, o Índice de Desigualdade de Género e o PIB *Per Capita* feminino. Esta relação positiva entre a variável independente e as variáveis dependentes indicam que quanto maior o Número de instituições de microcrédito, o Índice de Desigualdade de Género e o PIB *Per Capita* feminino, maior é a percentagem de mulheres mutuárias. Segundo Havick (1995), o não cumprimento das responsabilidades familiares por parte dos chefes de família levou a que as mulheres se vissem “obrigadas” a ter de recorrer a outras actividades remunerativas a fim de garantir a sobrevivência do núcleo familiar.

Com a elaboração deste modelo pode constatar-se uma relação negativa entre os Empréstimos *Per Capita* e a Percentagem de mulheres mutuárias. A diminuição da Percentagem de mulheres mutuárias causada pelo aumento de uma unidade de Empréstimos *Per Capita* é de 28%. Em 2013, no Burundi, verificou-se um aumento da Percentagem das mulheres mutuárias, isto é, mulheres que solicitam o empréstimo de pequenas quantias junto de instituições de microcrédito, em detrimento da descida dos,



empréstimos *Per Capita*, existia no país 51% de mulheres mutuárias e 90 empréstimos *Per Capita*. Em Benim, em 2012 verificou-se uma situação semelhante a de Burundi, aqui também se verificou um aumento da Percentagem de mulheres mutuárias e uma descida do número de Empréstimos *Per Capita*. Existiam no país 65,25% de mulheres mutuárias e 58 Empréstimos *Per Capita*.

Relativamente à relação positiva entre a Percentagem de mulheres mutuárias com o Número de instituições de microcrédito, o Índice de Desigualdade de Género e o PIB *Per Capita* feminino, pode-se dizer que:

- em relação ao número de Número de instituições de microcrédito estima-se que, em média, um aumento de 1% do Número de instituições de microcrédito esteja associado um aumento da Percentagem de mulheres mutuárias de cerca de 0.45%. Segundo Teixeira e Rodrigues (2013), o microcrédito tem, nos últimos tempos apresentado um desenvolvimento muito positivo na região da África Subariana aumentando progressivamente o número de instituições de microcrédito.

.- relativamente ao Índice de Desigualdade de Género em média, um aumento de 1% do Índice de Desigualdade de Género, está associado a um aumento da Percentagem de mulheres mutuárias de 0.90%.

- no que diz respeito ao PIB *Per Capita* feminino, um aumento de 1% do PIB *Per Capita* feminino esta associado a um aumento de cerca de 0.35% da Percentagem de mulheres mutuárias.

Ainda na Tabela 17, no que diz respeito ao coeficiente de determinação, obteve-se um coeficiente de 0.38, o que significa que as variáveis independentes explicam cerca de 38% da variação da variável dependente, isto é, da Percentagem de mulheres mutuarias. Segundo Teixeira e Rodrigues (2013), as mulheres tem um enorme impacto nos empréstimos concedidos, normalmente são as que tem maior dificuldade no acesso ao crédito.

Na Tabela 18, foram obtidos os resultados da estimação do modelo econométrico através dos efeitos fixos e dos efeitos aleatórios. Os resultados indicam que é preferível a estimação do modelo através de efeitos aleatórios em detrimentos dos efeitos fixos. Está preferência é uma indicação que existem diferenças evidentes entre os países e os anos que compõem a base de dados em análise o que poderá estar relacionado com o

desenvolvimento de cada país em particular e a crise vivida na região da África Subsaariana nos anos em análise.

Através da estimação dos efeitos fixos (Tabela 18) verificou-se que os Empréstimos *Per Capita*, os Depósitos, o IDG e o Desemprego feminino mantinham os mesmos sinais nos coeficientes estimados em relação ao método dos MQO. A diferença entre os resultados obtidos foi que as variáveis Instituições de microcrédito e PIB *Per Capita* feminino deixaram de ser consideradas como estatisticamente significativas para o modelo.

O coeficiente de determinação, também chamado de R<sup>2</sup>, é uma medida de ajustamento de um modelo estatístico linear generalizado, como a regressão linear em relação aos valores observados. O coeficiente de determinação varia entre 0 e 1, indicando, em percentagem, o quanto o modelo consegue explicar os valores observados. Quanto maior o coeficiente de determinação, mais explicativo é o modelo, e melhor ele se ajusta à amostra. Na Tabela 18 é verificar que existem diferenças significativas no que considera aos valores obtidos no coeficiente de determinação quando comparado com os valores obtidos na estimação do modelo a partir do MQO apresentado na Tabela 17. Apenas uma pequena parte da variabilidade está a ser explicada, no caso dos efeitos fixos cerca de 0.06% e no caso dos efeitos aleatórios apenas 0.01%. Os baixos valores obtidos através da estimação dos efeitos fixos e aleatórios apontam que existe uma grande variabilidade na variável dependente, ou seja, existe uma grande inconstância no conjunto de mulheres mutuárias.

Apesar da capacidade explicativa do modelo estar longe do esperado, a qualidade do ajustamento do modelo, que se analisa através do Teste F de significância conjunta dos parâmetros sob os efeitos fixos, permite concluir que a qualidade da estimação do modelo é boa, uma vez que, todos os parâmetros são estatisticamente diferentes de zero (Albaity e Ahmad, 2011). Uma das razões que poderão ter levado a obter estes resultados tão baixos poderá estar relacionada com a dimensão da amostra e com o número de variáveis que compõe o modelo.

O crédito é muito mais importante para as mulheres do que para os homens, uma vez que investem os empréstimos em atividades produtivas ou para melhorar o bem-estar da família e têm geralmente, melhores taxas de reembolso do que os homens (Brau e Woller, 2004).

### **7.2 Análise do modelo econométrico com a utilização da variável dependente a Percentagem de mulheres gerentes.**

No segundo modelo em estudo foi novamente aplicado o MQO e o modelo em efeitos fixos e efeitos aleatórios. Na Tabela 19 estão apresentados os resultados obtidos após aplicação do MQO bem como os resultados da aplicação do Fator de Inflação das variáveis. Relativamente ao FIV todos os valores se apresentam inferiores a 10 o que elimina a probabilidade de problemas relacionados com multicolinearidade. As variáveis que melhor explicam a Percentagem de mulheres gerentes, são os Empréstimos *Per Capita* e a taxa de Desemprego feminino. Pode concluir-se que em média, um aumento de 1% dos Empréstimos *Per Capita* esta associado a um aumento da Percentagem de mulheres gerentes de cerca de 27%. Em 2013, o país Benim apresenta um aumento dos Empréstimos *Per Capita* para 142 unidade e a Percentagem de mulheres gerentes um aumento para 13%.

Com a elaboração deste modelo pode constatar-se uma relação negativa entre o Número de instituições de microcrédito e Percentagem de mulheres gerentes, o Número de depósitos e a Percentagem de mulheres gerentes, o Índice de Desigualdade de Género e a Percentagem de mulheres gerentes e o PIB *Per-Capita* feminino e a Percentagem de mulheres gerentes.

A diminuição da Percentagem de mulheres gerentes causada pelo aumento de 1% do Número de Instituições de microcrédito é de cerca de 9%. A diminuição da Percentagem de mulheres gerentes causada pelo aumento de 1% do Valor dos depósitos é de 5%. No ano de 2011, na Guiné, verificou-se um aumento da Percentagem de mulheres gerentes para 25%, em detrimento da descida do Número de depósitos para 3,6 milhões de dólares. Em Moçambique, em 2013, verifica-se uma diminuição da Percentagem de mulheres mutuárias para 27% e um aumento do Número de depósitos para 14,52 milhões de dólares. O aumento de 1% do Índice de Desigualdade de género causa uma diminuição de 1,17% da Percentagem de mulheres gerentes. Na Zâmbia, no ano de 2012, verifica-se um aumento do Índice de Desigualdade de Género para 62% e uma diminuição da Percentagem de mulheres gerentes para 15%. Relativamente à

relação entre o PIB *Per Capita* feminino e a Percentagem de mulheres gerentes, o aumento de 1% do PIB Per Capita feminino leva a uma diminuição de 5% da Percentagem de mulheres gerentes.

Ainda na Tabela 19, no que diz respeito ao coeficiente de determinação, obteve-se um coeficiente de 0.11, o que significa que as variáveis independentes explicam cerca de 11% da variação da variável dependente, isto é, da Percentagem de mulheres gerentes. Na Tabela 20, encontram-se os resultados da estimação do modelo econométrico através dos efeitos fixos e dos efeitos aleatórios. Os resultados indicam que é preferível a estimação do modelo através de efeitos aleatórios em detrimento dos efeitos fixos, ou seja, existem diferenças evidentes entre os países e anos que compõem a base de dados em análise.

Através da estimação dos efeitos fixos (Tabela 20) verificou-se que os Empréstimos *Per Capita* e o Desemprego feminino passaram a ter sinais negativos na relação com a Percentagem de mulheres gerentes em relação ao método dos MQO. Ao contrário, os Depósitos passaram a ter uma relação positiva com a Percentagem de mulheres gerentes. As variáveis Instituições de microcrédito e o PIB Per Capita feminino deixaram de ser estatisticamente significativas para o modelo. O modelo de efeitos fixos pretende controlar os efeitos das variáveis omitidas que variam entre os indivíduos e permanecem constantes ao longo do tempo. Para isso, supõe que o intercepto varia de um indivíduo para o outro, mas é constante ao longo do tempo, ao passo que os parâmetros resposta são constantes para todos os indivíduos e em todos os períodos de tempo (Judge, 1993).

Na Tabela 20, verificam-se diferenças significativas relativas ao coeficiente de determinação quando comparado com o valor obtido no modelo quantificado pelo MQO. Apenas uma pequena parte da variabilidade esta a ser explicada. No caso dos efeitos fixos e no caso dos efeitos aleatórios a percentagem é de 2%.

Apesar da capacidade explicativa do modelo estar longe do esperado, a qualidade do ajustamento do modelo, que se analisa através do Teste F de significância conjunta dos parâmetros sob os efeitos fixos, permite concluir que a qualidade da estimação do

modelo é razoável uma vez que, todos os parâmetros são estatisticamente diferentes de zero (Albaity e Ahmad, 2011).

Segundo Abreu (1995), as mulheres tem-se incorporado no mercado do trabalho e isso dá-lhes a possibilidade de estabelecer uma relação mais próxima com a sociedade, oferecendo a oportunidade de se valorizarem pessoalmente e ter mais protagonismo nas tomadas de decisão o que não aconteceu com o trabalho doméstico.

Para Yunues (2000), as mulheres, com as suas habilidades, capacidades e criatividade, tem tendência a apostar numa nova dinâmica a atuação e descoberta de uma “nova vida”, rumo a uma mudança transformadora.

### **7.3 Análise do modelo econométrico com a utilização da variável dependente a Percentagem de Mulheres nos Conselhos de Administração das IMF**

Na Tabela 21 estão apresentados os resultados empíricos obtidos através da aplicação dos coeficientes do MQO para a variável dependente que se está a considerar, a Percentagem de mulheres do conselho feminino bem como o Fator de Inflação das variáveis.

Os resultados observados, através da aplicação do método dos MQO, indicam que as variáveis que melhor explicam a existência da Percentagem de Mulheres nos Conselhos de Administração das IMF na região da África Subsaariana foram as variáveis Instituições de microcrédito, Empréstimos *Per Capita*, IDG, PIB Per Capita feminino. Todos os coeficientes destas variáveis foram considerados como estatisticamente significativas para o modelo com um nível de significância de 5%.

Neste conjunto de variáveis, as que afetam positivamente o modelo foram as variáveis Desemprego feminino, o PIB *Per Capita* feminino, os Empréstimos Per Capita, os Depósitos e as Instituições de microcrédito. Esta relação entre as variáveis independentes e a variável dependente são uma indicação que quanto maior a Taxa de desemprego feminino, os Empréstimos Per Capita, os Depósitos e o Número de instituições de microcrédito, maior é a Percentagem de Mulheres nos Conselhos de Administração das IMF.

Ainda na tabela 21 é possível verificar que todas as variáveis apresentam valores do FIV inferiores a 10 o que indica que não existe no modelo problemas de multicolinearidade. O valor mais alto que se verificou foi de 2.71.

Em relação ao Número de instituições de microcrédito estima-se que, em média, um aumento de 1% do Número de instituições de microcrédito esteja associado a um aumento da Percentagem de Mulheres nos Conselhos de Administração das IMF de 0,19%, mantendo tudo o resto constante.

Um aumento de 1% dos Empréstimos *Per Capita* conduz a um aumento de 0.26% da Percentagem de mulheres do conselho feminino. Em Benim em 2013 verificou-se um aumento para 40% da Percentagem de Mulheres nos Conselhos de Administração das IMF e um aumento para 142 o numero de Empréstimos *Per Capita*.

Em relação aos Depósitos, um aumento de 1% do valor de Depósitos estima-se que, em média, resulte num aumento de 0.06% da Percentagem de Mulheres nos Conselhos de Administração das IMF. Em Burundi, no ano de 2013 verificou-se um aumento dos Depósitos para 6,5 milhões de dólares, tendo-se verificado também no mesmo ano um aumento da Percentagem de mulheres do conselho feminino para 64%.

Em relação ao PIB Per Capita feminino estima-se que, em média, um aumento de 1% do PIB *Per Capita* leve a um aumento da Percentagem de Mulheres nos Conselhos de Administração das IMF de cerca de 0.11%.

Relativamente ao Desemprego feminino, um aumento de 1% da Taxa de desemprego feminino leva a um aumento de 0.04% da Percentagem de mulheres do conselho feminino. Em 2011, na África do Sul, verificou-se um aumento da Taxa de desemprego feminino para 28% e conseqüentemente um aumento da Percentagem de mulheres que pertencem ao conselho feminino para 40%.

Ainda na tabela 21, no que respeita à análise do coeficiente de determinação, é possível verificar um coeficiente de 0.25 o que significa que as variáveis independentes explicam cerca de 25% da variação da variável dependente, ou seja, da Percentagem de mulheres do conselho feminino.

Na Tabela 22, foram obtidos os resultados da estimação do modelo econométrico através dos efeitos fixos e dos efeitos aleatórios. Os resultados indicam que em 84% das ocasiões é preferível usar os efeitos fixos. Quando são referidos os efeitos fixos, estes são modelos cujos coeficientes podem variar de indivíduo para indivíduo ou no tempo, ainda que permaneçam como constantes fixas, logo, não aleatórias. Se a heterogeneidade seccional e/ou temporal se evidencia apenas no termo independente, dizemos estar perante um modelo de covariância (Marques, 2000).

Através da estimação do modelo de efeitos fixos (Tabela 22), verificou-se que apenas a Taxa de desemprego feminino manteve o mesmo sinal nos coeficientes estimados em relação ao método dos MQO. Ao contrário, as variáveis Empréstimos Per Capita e os Depósitos passaram a ter sinais negativos comparativamente ao método dos MQO. Neste caso, quando os Empréstimos *Per Capita* são altos, existe uma menor Percentagem de mulheres no conselho feminino. O mesmo se passa para os Depósitos, quando estes apresentam valores elevados, verifica-se uma menor Percentagem de mulheres do conselho feminino. Ao contrário, o Índice de Desigualdade de Género obteve um sinal positivo o que significa que quando se verifica um valor mais elevado da Percentagem de mulheres do conselho feminino, existe também uma maior taxa de Índice de Desigualdade de Género.

Na comparação entre efeitos fixos e efeitos aleatórios é ainda possível verificar que existem diferenças significativas no que respeita aos valores obtidos no coeficiente de determinação quando comparado com os valores obtidos pelo MQO. Apenas uma pequena parte da variabilidade está a ser explicada, no caso dos efeitos fixos, cerca de 5% e no caso dos efeitos aleatórios cerca de 0,04%.

Os baixos valores obtidos na estimação de efeitos fixos e efeitos aleatórios, tal como nos modelos anteriores, sugerem que existe uma grande variabilidade na variável dependente, ou seja, na Percentagem de mulheres do conselho feminino. Apesar da capacidade explicativa do modelo estar aquém do esperado, a qualidade do ajustamento do modelo, que é possível analisar através do Teste F de significância conjunta dos parâmetros sob os efeitos fixos, permite concluir que a qualidade da estimação do modelo é boa, uma vez que, todos os parâmetros são estatisticamente diferentes de zero (Albaity e Ahmad, 2011).

Segundo a ONU (2015), a região da África Subsariana foi a região que mais avançou para garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Dos 10 países do mundo que mais têm mulheres no parlamento, quatro são africanos. Ruanda lidera a lista: as mulheres ocupam mais de 60% das cadeiras parlamentares. Por outro lado, as trabalhadoras em África Subsariana ainda ganham 30% a menos do que o salário dos homens.

De acordo com o Portal do Governo de Moçambique (2008), uma mulher autónoma economicamente pode garantir o bem-estar da sua família, da sua comunidade e da sociedade em geral.





## 8. Síntese e Implicações Políticas

A questão central que se pretendia ver respondida com este trabalho constitui o averiguar se e de que forma o microcrédito e a igualdade de género estão relacionadas na região da África Subariana; verificar se o microcrédito, enquanto instrumento de crédito concedido a indivíduos que vivam em situação de desigualdade social, neste caso, as mulheres, pode melhorar a sua condição económica e social na sociedade.

Pode concluir-se que o crescimento económico ao longo dos anos vai ganhado relevância, contribuindo para uma maior igualdade de género. Segundo o UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2016), a nível mundial, a proporção de mulheres com um emprego remunerado fora do sector agrícola tem continuado a aumentar lentamente, tendo atingido 41%, em 2008. Mas continua a ser baixa, situando-se em 20%, no Sul da Ásia, no Norte de África e na Ásia Ocidental, e em 32%, na África Subariana.

Mas muito mais há a fazer e a melhorar, Serra (2016) defende que o crescimento e o desenvolvimento de um país ou região são o resultado de múltiplos fatores que, desejavelmente, deveriam ocorrer em simultâneo ou, pelo menos, articulados entre si. Devem ser adotadas políticas públicas virtuosas, que potenciem e otimizem os recursos, disponíveis ou potenciais, sejam técnicos, humanos, ou financeiros.

A África Subariana tem muito ainda para fazer a nível da otimização dos recursos, do enquadramento social e cultural dos países, da forma como vivem os seus princípios e valores. É extremamente importante caminhar numa mudança económica e social para o crescimento e melhoramento das condições de vida de uma região. No âmbito social, os programas de microcrédito vieram trazer às mulheres uma oportunidade de serem empreendedoras e reconhecidas como tal perante a sociedade.

A estimação do modelo com as três variáveis dependentes diferentes, permitiu verificar que as atividades de microcrédito abriram as portas ao empoderamento da mulher através do financiamento bancário o que permitiu implicações económicas e sociais positivas relativamente ao poder da mulher na sociedade.



## 9. Conclusão

Tal como o conhecemos, o microcrédito surgiu no Bangladesh por iniciativa de Yunus, durante a década de 1970. O microcrédito veio dar apoio e suporte financeiro à população mais desfavorecida e vulnerável da sociedade, excluída do sistema bancário convencional.

Desde a criação do novo conceito de financiamento, o denominado microcrédito, que instituições bancárias destinadas a esse fim têm vindo a crescer e a expandir-se por muitas regiões, nomeadamente a região da África Subsariana de modo a combater a pobreza e a desigualdade.

Segundo Franco (2011), as instituições de microcrédito criaram oportunidades de crédito para muitas pessoas economicamente desfavorecidas antes excluídas dos mercados financeiros tradicionais. Apesar da expansão e sucesso alcançado, muitas referências literárias afirmam que o microcrédito não produz os resultados inicialmente esperados, continuando a afetar as populações das diversas regiões do mundo.

A questão central que se pretendia ver respondida com este trabalho constitui o averiguar se e de que forma o microcrédito e o desenvolvimento económico estão relacionados na Região da África Subsariana; assim investigar se o microcrédito, enquanto instrumento de crédito concedido a mulheres, pode melhorar a sua condição económica e social na sociedade.

Com este trabalho foi possível verificar uma relação positiva entre a Percentagem de mulheres mutuárias e as variáveis Índice de Desigualdade de Género e a variável PIB Per Capita feminino. Constatou-se uma relação negativa entre a Percentagem de mulheres mutuárias e os Depósitos e os Empréstimos Per Capita. Esta relação traduz-se na existência de um grande número de mulheres mutuárias em países que existe uma maior desigualdade de género e onde o PIB Per Capita também é mais elevado. Em contrapartida verificam-se baixos valores de depósitos e de empréstimos por pessoa.

No estudo as variáveis que afetam positivamente a variável dependente Percentagem de mulheres mutuárias são o Número de instituições de microcrédito, o Índice de Desigualdade de Género e o PIB Per Capita feminino. As que afetam positivamente a Percentagem de mulheres gerentes são os Empréstimos Per Capita e a Taxa de desemprego feminino. Por fim, as que afetam positivamente a Percentagem de Mulheres nos Conselhos de Administração das IMF do são a Taxa de desemprego feminino, o PIB Per Capita feminino, os Empréstimos Per Capita, os depósitos e as Instituições de microcrédito. A África Subariana é uma região que continua a progredir em direção à igualdade, foi a maior reformadora entre todas as regiões do mundo no que diz respeito ao número de economias que implementaram reformas. A África do Sul, a Quênia e a Etiópia, são os países que apresentam menos barreiras ao empreendedorismo das mulheres. Pelo contrário, o Sudão, a República Democrática do Congo, Camarões, Guiné, Benin, Suazilândia e Senegal são as economias da região com maior número de barreiras (Washington 2015).

Contudo, conclui-se que as mulheres começam a ter um reconhecimento na vida social da região da África Subariana. Com o evoluir dos anos em análise constata-se um aumento positivo e significativo dos indicadores. As mulheres tornam-se muito mais autónomas, deixam de ser somente as donas de casa como eram reconhecidas e arriscam em negócios e em cargos de maior poder. A importância de se caminhar para uma mudança económica e social é fundamental para o crescimento e melhoramento das condições de vida de uma região. No Âmbito social, os programas de microcrédito vieram trazer às mulheres uma oportunidade de serem empreendedoras e conhecidas como tal perante a sociedade.

A estimação do modelo com as três variáveis dependentes diferentes, permitiu verificar que as atividades de microcrédito abriram as portas ao empoderamento da mulher através do financiamento bancário o que permitiu implicações económicas e sociais positivas relativamente ao poder da mulher na sociedade. A preocupação de melhorar as suas condições económicas, concedendo-lhes crédito, está relacionada com o maior sentido de responsabilidade que estas têm ao aplicar o empréstimo em prol da família, e não apenas em benefício próprio e, está relacionado com o facto de se acreditar eu as mulheres são mais avessas ao risco, apresentado por isso, as melhores taxas de cumprimento de microcrédito (Veiga, 2012).

## 10. Limitações e sugestões para investigações futuras

O microcrédito é uma problemática importante no âmbito do desenvolvimento económico e no empoderamento da mulher na sociedade e que tem merecido a preocupação de alguns investigadores que tentam perceber de que forma o microcrédito atua nestes setores.

Uma das dificuldades sentidas na elaboração do presente estudo, tendo a base de dados construída para o estudo com diferentes fontes de informação, foi a harmonização e normalização de toda a informação para a construção da base de dados. O trabalho foi também dificultado pela falta de observações para algumas variáveis do estudo.

Outra limitação ao desenvolvimento do presente trabalho prende-se com a pouca literatura existente sobre o microcrédito, o empoderamento da mulher e o desenvolvimento económico na região da África Subsariana. A falta de estudos e de uma investigação rigorosa sobre o alcance, o impacto e o custo-efetividade dos programas de microcrédito é uma realidade.

As atividades de microcrédito focam-se muito no crescimento económico através da redução da pobreza, aumentando o nível de produção das empresas e de cada pessoa. Em investigações futuras, seria interessante analisar de que forma o microcrédito pode funcionar como política de desenvolvimento económico, de diminuição da desigualdade de género e de que forma podem essas atividades de microcrédito potencializar o empoderamento da mulher na sociedade.

Relativamente ao modelo econométrico, poderá ser interessante considerar a utilização de variáveis dinâmicas, ou seja, variáveis com períodos desfasados de modo a verificar se existiriam melhores relações entre as variáveis.



## 11. Referências bibliográficas

Abreu, A. (1995). “America Latina. Globalización, Género y Trabajo”. In: Todaro, Rosalba, Regina Rodríguez (eds) *El Trabajo de las Mujeres en el Tiempo Global*, Isis Internacional e Centro de Estudios de la Mujer, Ediciones de las Mujeres, N° 22, Santiago-Chilo.

Adami, G. (2015). *Indicadores de eficiência de produção: uma análise na indústria Petroquímica*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós- Graduação em engenharia de produção de sistemas, São Leopoldo.

Adams, D. e Von Pischke, J.D. (1992) *Microenterprise Credit Programs: Deja Vu*. World Development

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito

Albaity, M. e Ahmad, R. (2011). *A Comparative Analysis of the Firm Specific Determinants of Syariah Compliant Versus Non-Syariah Compliant Firms in Bursa Malaysia*. Asian Journal of Business and Accounting.

Ambrozio, A. (2008). *Microfinanças: Alcance versus Sustentabilidade; Visão do Desenvolvimento n° 67*, BNDES.

Aziz, M. (2010). *O incumprimento dos empréstimos no mercado de microcrédito do sistema bancário Angolano*, Coimbra.

Baltagi, B. H. e RAJ, B. (2005). *Econometric Analysis of Panel Data*. Chichester, Inglaterra: John Wiley & Sons. (4Eds.).

Banco de Moçambique (2012). *Importância da estabilidade macroeconómica e do setor financeiro no crescimento da economia nacional*. Departamento de estudos económicos e estatística.

Barsted, L. (1996). *Gênero, Trabalho e Legislação Trabalhista no Brasil*. In: *Revista Estudos Feministas*, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Vol. 4, N.2, p. 447-463.



Bureau Internacional do Trabalho - Relatório da Conferência Internacional do Trabalho - 103ª Sessão - Transição da economia informal para a economia formal, Genebra, 2014.

Borba, P. (2012). Relação entre o desempenho financeiro e desempenho social de instituições de microfinanças na América Latina; Tese de doutoramento; Faculdade de economia, administração e contabilidade; Universidade de São Paulo.

Brau, J. e Woller, G. (2004). Microfinance: A Comprehensive Review of the Existing Literature. *Journal of entrepreneurial Finance and Business Ventures*, 9 (1), 1-26.

Bureau Internacional do Trabalho (2014) - Transição a economia informal para a economia formal - Conferência Internacional do Trabalho, 103º sessão, Genebra.

Cantelli, P. (2007). O trabalho feminino no divã: dominação e discriminação. São Paulo: LTR.

Carvalho, G. (2013). Microcrédito e Empreendedorismo feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho, Paraíba.

Casimiro, I. (2011). Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

Coelho, M. et al. (2010). Políticas sociais para o desenvolvimento – Superar a pobreza e promover a inclusão, Brasília.

Coelho, S. (2013). Uma desigualdade marcante entre homens e mulheres, entrevista com Sónia Coelho, publicada na edição nº 434, São Paulo.

Costa, D. (2010), Evidências para export-led-growth com uso de dados de painel. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 67 pgs.

Counts, A. (2008) Reimagining MicroFinance. *Stanford SocialInnovation Review* Summer 2008

Fernandes, L. (2010). A pobreza na África Subsariana e as suas consequências no mundo globalizado, *Revista de desenvolvimento económico*, Salvador, BA.

Filho, A. (2004). Uma questão de género: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho de 2005, pp.127-152.

Geraldo, I. (2004). O impacto do microcrédito na trajetória sócio-ocupacional das mulheres empreendedoras: a experiência da BluSol. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Sociologia Política, Brasil [inédita].

Grassi, M. (2001). Género, desigualdades sociais e desenvolvimento na região da África Subariana: o caso de Angola.

Griffiths, W. E., Hill, R. C. e Judge, G. (1993). *Learning and Practicing Econometrics*. New York: John Wiley & Sons Inc.

HAVIK, Philip, “Relações de género e comércio: estratégias inovadoras de mulheres na Guiné-Bissau”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.19, Bissau, Janeiro 1995, pp.33-34.

IFC (2012). *Performance Standards on Environmental and Social Sustainability*. World Bank Group.

Jover, E. et al. (2012). *Angola – Perfil do setor privado do país*. Brasil.

Johnson R.; Wichern, D (1988). *Applied Multivariate Statistical Analysis*. New Jersey: Prentice Hall International, Inc. 642p.

Kabber, Naila (2003). *Reversed Realities – Gender Hierarchies in Development Thought*, Verso, London, New York.

Leite, C.; Franco, F. (2007). *A importância do microcrédito para o desenvolvimento económico e social e o Banco do Povo Paulista*, Brasil.

Lima, Shanna Nogueira (2011). *Microcrédito como política de geração de emprego e renda*. BNDES.

Lledó, V. (2012). *Sustentando o crescimento face à incerteza global: Perspectivas económicas regionais para a África Subariana*. Universidade Eduardo Mondlane.

Lisboa, T. (2008). O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

Loforte, Ana (2000) Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique. Colecção Identidades. Promédia, Maputo.

Lopes, C. O papel da mulher no Microcrédito na Guiné Bissau. Estudo o caso em Pitche e em Pirada. Pascal , Iseg.

Macedo, A. (2009). A força do Microcrédito na trajetória das mulheres empreendedoras do Alecrim, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Maes, P.; Reed, L. (2012). State of the Microcredit Summit Campaign Report; 2012.

Marques, L. (2000). Modelos Dinâmicos com Dados em Pannel: Revisão de Literatura. Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão, Faculdade de Economia do Porto, Porto.

Manos, M. (2006). Sistema Financeiro e desenvolvimento económico: o papel do Microcrédito. Embrapa Tabuleiros Costeiros, Brasil.

Miloca, A.; Conejo, D. (2011). Multicolinearidade em Modelos de Regressão. Colegiado do Curso de Matemática - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Monzoni, N. Prestes, M. (2006). Impacto em renda do microcrédito : uma investigação empírica sobre a geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Gertúlio Vargas.

Pereira, F (2012). Porquê as taxas aplicadas no microcrédito diferem de país para país? Uma discussão com dados seccionais. Dissertação de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho.

Mussagy, C. (2005). Microfinanças em Moçambique – Impacto do Microcrédito na redução da pobreza: O caso de Chokwé e Maputo.

Navalha, Felisberto (2000), *Captação de Poupanças dentro do Sector Informal em Moçambique: O Caso do Sector Informal Financeiro em Maputo*, Maputo, *Universidade Eduardo Mondlane*.

Omri, W. e Chkoundali, R. (2011); *The convergence between outreach and financial performance in Mediterranean MFI's: a panel data analysis; Mediterranean and Middle East papers*; Springer.

ONU (2015). *Notícia - Mais de 40% da população da África Subsaariana vive na extrema pobreza*, julho de 2015. Rádio ONU.

Pires, A. (2009). *O Microcrédito em economias desenvolvidas: Estudo de casa em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho: Braga.

Planet Finance Brasil (2008). *Indicadores de desempenho – Project Planet Finance – NOVIB*; Planet Finance.

Prado, C. (2002). *A. Associação de microcrédito: uma proposta para Cacoal*. Dissertação Mestrado em Engenharia de Produção – Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.

Psico, J. (2010). *Microfinanças - Solução para o Combate à Pobreza?*; Escolar Editora,

Reza, D. (2010). *Financial intermediation, regulation and the formal microcredit sector in South África*, artigo publicado online.

Rodrigo, G.; Ricardo, A. (2005). *A sustentabilidade das microfinanças solidárias*; *Revista de Administração - RAUSP*, vol. 40; núm. 1; enero-marzo, 2005; pp. 19-33; Universidade de São Paulo; São Paulo; Brasil.

Rolim, C. (2009). *Desenvolvimento agrícola e urbanização: implicações da proposta da Comissão Econômica para a África (ECA) para as estratégias de redução da pobreza*. 13<sup>a</sup> Jornadas Técnico Científicas FESA, Luanda.

Rosa, W et al. (2013). Retrato das desigualdades de género e raça, 3º edição, Ebah - Brasília.

Teixeira, N; Rodrigues E. (2013). Micofinanças – Sustentabilidade financeira versus alcance social na África Subsariana, Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade.

Saffioti H. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI Cristina (org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Santos, C et al. (2009). Microcrédito e Pobreza: Um diálogo possível? RAC, Curitiba

Scott, Joan. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez.

Serra, P. (2016). Crescimento e Desenvolvimento na economia mundial: a importância da igualdade de género e das políticas públicas de suporte. Universidade de Coimbra – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Silva, S. (2011). Microcrédito e economia solidária: ferramentas de empoderamento feminino. Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Silva, M. (2010). “A situação das mulheres no mundo: que progressos no caminho da igualdade 15 anos depois da Plataforma de Acção de Pequim?” in Revista de Estudos Demográficos nº47,2010, Lisboa, INE.

Silva, M. R. (2002). O papel do microcrédito e das micro-finanças como Instrumentos de redução da pobreza. VII Congreso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11.

Sonaglio, C et al. (2010). Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. Brazilian Journal of Applied Economics . 2010, Vol. 14 Issue 4, p347-372. 26p. 5 Charts, 1 Graph.

Veiga, R. (2012). O porquê e para quê do microcrédito. O caso do Projeto de Capital de Risco Social em S. Tomé e Príncipe. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa: Porto, 103 pgs.

Wooldridge, J. (3Eds.). (2006). *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. South-Western.

Yunus, M. (2008). *Criar um Mundo Sem Pobreza: O Negócio Social e o Futuro do Capitalismo*. Tradução de Mónica Bello. Lisboa: Difel

Zubelli, L. (2012). *Perspetivas do microcrédito para a redução da pobreza no Brasil*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós- Graduação em Economia (PPGE). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

